

O Presidente Dutra visita novamente São Francisco

As Comemorações de 7 de Setembro

Revestiu-se de brilhantismo a Parada Cívico Militar, em que tomaram parte as forças federais e estaduais, aqui aquarteladas, organizações escolares, culturais e desportivas — A solenidade no Instituto Histórico

Em comemoração ao Dia da Pátria, efetuaram-se, ante-ontem, em todo o País, solenidades cívico militares, as quais alcançaram grande entusiasmo.

Nesta capital, essas comemorações revestiram-se de imponente brilho, a exemplo das anos anteriores.

As primeiras horas da manhã, grande massa popular concentrou-se nas principais ruas desta cidade inclusive no Parque Solon de Lencina. Local de concentração dos participantes da Parada Cívico Militar.

Precisamente às 9 horas, teve início o desfile, em que tomaram parte organizações escolares, culturais, desportivas e as forças armadas, aqui aquarteladas.

No Palanque Oficial, instalado em frente ao Palácio da Redenção, assistiram a parada o Governador José Targino, Secretários do Estado, altas autoridades civis, militares e eclesiásticas.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

As 16 horas teve lugar, no Instituto Histórico e Geográfico, uma sessão solene, em comemoração ao 128º aniversário de nossa Independência.

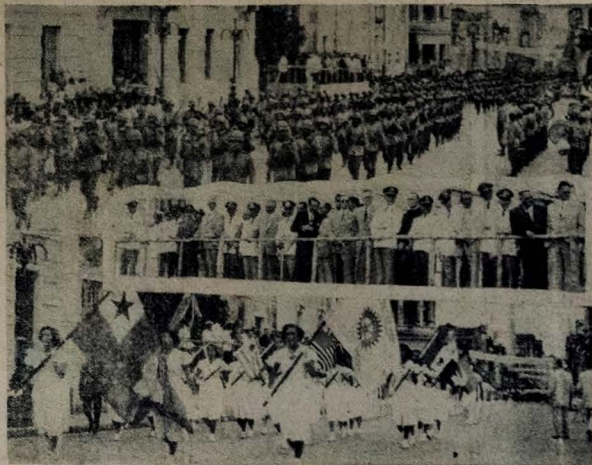
Durante a solenidade, efetuou-se a posse da nova diretoria do Instituto, tendo o dr. (Conclui na 2ª pag.)

ORDEM PÚBLICA

Por ato de 6 do corrente, o governador José Targino designou, para responder pelo expediente da Delegacia de Polícia do município de Antenor Navarro, o tenente Severino Dias de Souza.

Do Juiz de Direito daquela comarca o senhor governador do Estado recebeu o seguinte telegrama:

"Antenor Navarro, 7 — Tenho a satisfação de comunicar a vossência que se encontra nesta cidade o tenente Severino Dias de Souza, em missão especial e que, em nome do Governo, me ofereceu as garantias necessárias. Atenciosas saudações. Francisco Vaz Carneiro. — Juiz Eleitoral."



O PTB cedeu ante a pressão do Governador Ademar de Barros

Getúlio Vargas aceitou o nome de Café Filho

Resolvida a questão da vice-presidência — Não foi feita o registro da candidatura pelo P. T. B. — A decisão foi homologada pela Comissão Executiva

RIO, 8 — Afinal foi resolvida a questão da vice-presidência do PTB com a aceitação pelo sr. Getúlio Vargas do nome do sr. Café Filho, capitulando, portanto, o ex-ditador diante da pressão do governador Ademar de Barros.

Dizia-se que os srs. Luzardo e Danton Coelho comunicaram que o sr. Café Filho estava aceito, mas o partido, isto é, o PTB, não foi ouvido, pois quem decidiu como sempre foi o sr. Getúlio Vargas.

HOMOLOGADA

RIO, 8 — A Comissão Executiva do PTB, reunida ontem à noite, homologou a candidatura do sr. Café Filho à vice-presidência da República na chapa do sr. Getúlio Vargas.

Após o ato, foram os membros, incorporados, à residência do deputado potiguar comunicar-lhe a decisão.

SERIA UMA MEIA SO. LUÇÃO

RIO, 8 — O "Correia da Manhã" escreve que o sr. Getúlio Vargas autorizou a aceitação do sr. Café Filho mas, por outro lado, não mandou fazer o registro de sua candidatura pelo PTB, deixando

isso para o PSP. O jornal classifica isso de uma meia solução, para Ademar de Barros dar-se como satisfeito e também não desagradar os elementos que sempre combatem o sr. Café Filho.

Conclui o jornal: "Sempre tergiversando o ditador chega ao fim de sua propaganda sem os maiores percalços".

EM EXPECTATIVA

RIO, 8 — Espera-se que o Partido Trabalhista Brasileiro apresente ainda hoje o registro, no Tribunal Superior Eleitoral, do nome do sr. Café Filho como candidato à vice-presidência.

Essa candidatura foi aceita ontem à noite pelo PTB, e hoje à tarde termina o prazo para o registro.

DESPACHO NORMAL

RIO, 8 — O sr. Ademar de Barros disse que a homologação pelos trabalhistas, da candidatura do sr. Café Filho, foi um desfecho dos acontecimentos.

Proteu que ainda hoje divulgaria a carta que recebeu do sr. Getúlio Vargas.

ENCERRADO O PRAZO PARA REGISTRO DE CANDIDATOS

Vários pedidos foram encaminhados, porém o sr. Getúlio Vargas é o único que acha registrado — O sr. Hugo Borghi apaiaria o sr. Cristiano Machado

RIO, 8 — Encerra-se à meia noite de hoje o prazo para que os partidos requeiram o registro de seus candidatos.

No Distrito Federal apenas sete partidos já encaminharam esses pedidos ao Tribunal Regional. UDN, PP, PSD, PSP, PMX, PSB e PL.

Os registros dos candidatos à presidência, porém, já foram pedidos, mas até agora somente o sr. Getúlio Vargas se acha registrado por ter sido o primeiro a ser encaminhado.

RECUBADO O CORREIO DE MANAUS

MANAUS, 8 — Comunicam de Eirunepe que os ladrões arrombaram a porta dos fundos do prédio onde funciona o Correio.

Carregaram eles um cofre contendo cerca de 40 mil cruzeiros em dinheiro e valores; mas, segundo consta, deixaram uma mala na qual havia meio milhão de cruzeiros.

VIAGRARÁ EM COMPANHIA DO CHEFE DA NAÇÃO O CANDIDATO PESSEDISTA SR. CRISTIANO MACHADO

RIO, 8 — O presidente da República visitará amanhã, como havia sido anunciado, as obras da Usina Hidro Elétrica de São Francisco.

Reina grande entusiasmo entre as populações daquela região em torno dessa nova visita.

O general Dutra irá acompanhando de vários ministros, bem assim de grande número de engenheiros e políticos.

A convite, da presidente Dutra irá também o sr. Cristiano Machado, candidato à sucessão presidencial.

A presença do ilustre político mineiro na comitiva do (Conclui na 2ª pag.)

O BRIGADEIRO CONFERENCIOU COM O GOV. OTAVIO MANGABEIRA

A palestra durou cerca de 2 horas — Teria sido ventilada a pressão da UDN sobre o governador baiano — O gov. Barbosa Lima encontrou-se com o presidente Dutra em Petrolina

RIO, 8 — O brigadeiro F. duardo Gomes teve ontem

longa conferência de mais de 2 horas com o governador Otávio Mangabeira.

Os observadores dizem que a conferência refletiu a pressão da UDN sobre o governador baiano.

OS OBJETIVOS DO SR. BIAS FORTES

RIO, 8 — O Diário de Notícias veicula os objetivos do sr. Bias Fortes no Ministério da Justiça em relação ao Governo mineiro, ou seja "dar a impressão no Rio de que confia e não confia no Governo do Estado e criar um ambiente de desconfiança ao mesmo tempo dar ao povo mineiro a impressão de que o Governo Federal está prestigiando fortemente o PSD e seus candidatos, podendo mesmo chegar a intervir no Governo estadual ou junto a ele".

PERTURBAÇÃO À PROPAGANDA

A denúncia foi apresentada pelo sr. Osório Borba através do seu artigo de hoje, no DIÁRIO DE NOTÍCIAS — O ex-ditador teme ser envenenado

RIO, 8 — Em seu artigo, hoje, no Diário de Notícias, o sr. Osório Borba denuncia as atividades partidárias dos fanáticos do sr. Getúlio Vargas, que vêm perturbando a livre propaganda dos demais partidos, principalmente do PSB.

Certos pontos da cidade chegam a provocar, com superabundância os meios, criando-se um ambiente inseguro.

MEDO DE MORRER

RIO, 8 — O Diário de Notícias

(Conclui na 2ª pag.)

REGISTO

FIZERAM ANOS ONTEM

— A srta. Eunice Pereira de Lima, filha do sr. Francisco de Lima, e de sua esposa sr. Salvina Pereira de Lima, residentes em Camuça.

— A srta. Sebastiana Almeida dos Santos, auxiliar do comércio desta praça, e filha do sr. José Lucas dos Santos, já falecido, e da sra. Maria Almeida dos Santos.

FAZEM ANOS HOJE

— O menino Manoel, aluno do Colégio Estadual da Paraíba e filho do tenente João Ramalho, delegado em Espírito Santo, e de sua esposa, sra. Dionília Gomes Ramalho.

— O menino Luiz, filho do sr. Luiz de França Lima, funcionário do Serviço Nacional da Malária.

— O menino Renato, filho do sr. João Guedes, proprietário nesta capital.

— A menina Genecy, filha do sr. Genival da Costa Souto, e de sua esposa, sra. Juraci de Souza Costa.

— A menina Iolanda, filha do sr. Manuel Fernandes, comerciante nesta praça.

— A menina Jane, filha do sr. Francisco de Assis.

— A srta. Maria do Socorro Lima, filha do sr. Pedro Florentino de Lima, e de sua esposa, sra. Vicência Lima.

— O sr. Irenar Gertrudes Reis, funcionário da Imprensa Oficial.

— O sr. Sérgio Bernardino da Silva, funcionário da Imprensa Oficial.

— O sr. Raimundo Faustino de Costa, funcionário estadual.

— O sr. Antonio Fernandes de Oliveira, representante comercial nesta praça.

CASAMENTO

Realizar-se-á, hoje, às 17 horas, nesta cidade, o enlace matrimonial do sr. Antonio Carlos de Carvalho, gerente da filial de Aroirio de Carvalho & Cia. Ltda., em Campina Grande, com a senhorita Abilany Honorato Pereira, filha do sr. Fernando Honorato Pereira, proprietário, nesta cidade, e de sua esposa sra. Maria das Neves Pereira.

O ato religioso será realizado na Igreja de N. S. de Lourdes e servirá de testemunhas por parte do noivo o dr. Antonio Tavares de Carvalho e esposa, e pela noiva o prefeito Oswaldo Pessoa e esposa. O ato civil

"A UNIÃO"

PATRIMÔNIO DO ESTADO
FUNDADA EM 1892
Redação, Administração e Oficinas — Edifício da Imprensa Oficial — Rua Duque de Caxias
João Pessoa — Paraíba

Diretor — HILTON MARINHO
Gerente — JOSÉ DE ALMEIDA COUTINHO

TELEFONES

Redação 1180
Gerência 1211

A correspondência comercial deve ser enviada ao Gerente de "A UNIÃO" — Endereço Telegráfico: IMPRENNIS

ASSINATURAS

Annual 100,00
Semestral 50,00

NÚMERO AVULSO

Capital 5,00
Interior 3,00
Cobrador autorizado em todo o Estado: Pedro Henriques de Araújo

será efetuado na residência do sr. Fernando Honorato, servindo de testemunhas o sr. Antonio Cunha e esposa e o sr. Severino Gomes e esposa: por parte da noiva e do noivo respectivamente.

Na residência dos pais do noivo, a rua da República, haverá uma recepção aos parentes e amigos das Honorato Pereira e Carvalho.

Os recenseados seguirão para Campina Grande onde irão fixar residência.

NASCIMENTOS

ADONIS. — No dia 6 do corrente, nasceu na Maternidade «Cândida Vargas», desta capital, o menino **ADONIS**, filho do sr. Adonias Carneiro, artista e de sua esposa, sra. Arly Espinola Carneiro. Pelo motivo, os pais do recém nascido vem recebendo inúmeras felicitações.

Nasceu no dia 4 do corrente, em Alagoa Grande, o menino **Arnaldo**, filho do sr. Adalberto Vitorino e de sua esposa sra. Didi Silveira de Souza.

Ocorreu no dia 6 do corrente, na Maternidade Cardia Vargas, o nascimento da menina **Silvia Aurora**, filha do sr. Luiz Cavalcanti de Albuquerque, e de sua esposa, sra. Zorilda Santos Cavalcanti.

BATISADOS

ROSA CARMEN — Na Catedral de N. Senhora da Conceição, de Campina Grande, ocorrerá a cerimônia do batismo, amanhã da menina **ROSA CARMEN**, filha do dr. Carlos Barroso de Sá, gerente do Banco do Brasil de João Pessoa e de sua esposa, sra. D. Carmen Alvega de Sá.

Serão padrinhos de **ROSA CARMEN** o sr. José Socorro, alto funcionário da firma Anderson, Clayton & Cia., e sua exma. esposa, d. Isaura Socorro.

Alem dos pais da neo-batizada, viatário para aquela cidade, pessoas da família e de suas relações de amizade.

VIAJANTES

Com destino a Taperóá, seguirá hoje, a sra. Elisa Vilar de Araújo, esposa do sr. Melquiades Vilar, fazendeiro naquele município, que aqui se encontrava em tratamento de saúde.

Durante a sua estada nesta cidade, a sra. Elisa Vilar de Araújo foi muito visitada pelas pessoas de sua amizade.

Encontra-se, nesta cidade, o padre Acácio Cartaxo Rolim, vice-diretor do Ginásio Diocesano de Patro e fiscal do Colégio Cristo Rei.

O ilustre sacerdote se fez acompanhar de sua irmã, srta. Maria Cartaxo Rolim, achando-se hospedada na residência do sr. Breno Cartaxo, à av. Tabajaras 1106.

VARIAS

Sra. Irides Pequeno Ribeiro — Transcorreu, nesta data, o aniversário natalício do sr. Irides Pequeno Ribeiro, esposa do sr. Stenlo Gomes Ribeiro, funcionário da Recebedoria de Rendas desta capital, motivo por que celebrou a aniversário entre muitas cumprimentadas pelas pessoas de sua amizade.

Alcancaram a montanha, etc.

(Conclusão da 8ª pag.)

nistas norte-coreanos estão atacando intensamente num ponto distante 5 quilômetros ao sul de Pohang.

Todavia, a 3ª Divisão sul-coreana está resistindo bravamente, não tendo os vermelhos conseguido novos progressos.

Embaixada Civico, etc.

(Conclusão da 8ª pag.)

soa, o interesse demonstrado por sua Excia. no ponto de se aproximar do microfone, já depois de encerradas as solenidades, para dar endereço da hospedagem, que os carmelitas de Campina Grande, com tanta generosidade, ofereceram aos seus irmãos de João Pessoa.

Viva o exmo. Sar. D. Anelino, o grande Bispo de Campina Grande!

A VOZ DO MONS. MARIANO

Eu já sabia, de longa data, que o vigário da catedral de Campina Grande, é um sacerdote cento por cento.

Conhecia, de longa data, sua rara formação interior, sua piedade sólida e masculina: sem beatitudes, parciais com condonáveis superstições.

Já tinha provas, de sobre, da sua apostolado, entre as populações pobres de Campina Grande.

Desejo, porém, ressaltar agora que ele teve, na noite de ante-ontem, um de seus grandes dias.

O mons. Mariano transformou uma romaria colossal, de cinquenta mil fiéis, entre os que acompanhavam e os que esperavam nas calçadas, numa multidão de ouvintes da palavra de Deus.

Pois, de um forte auto-falante, localizado num dos carros do cortejo, o vigário da Catedral fez um sermão continuo, até se recolher a Virgem Peregrina a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, entre-cortado de preces, vivas e palmas a Mãe de Deus!

Com franqueza, nunca vi palavras tão belas, tão tocantes e tão comovedoras, como aquelas.

Não sei se era porque eu, graças à Maria Santíssima, também, estava na minha hora da graça.

A Igreja do Carmo estava um verdadeiro brinco, com iluminação artística e muito aumentada e um lindo trono, armado ao centro da nave principal, para receber Nossa Senhora, enfeitado com cravos, rosas e hortênsias.

PADRES SERRAO E CRISTOVAM

Padre Pedro Maria Serrão já é tradicionalmente conhecido, em todo Estado, por sua grande devoção à Maria Santíssima, e também por ser um grande realizador de festas religiosas, principalmente marianas.

Foi ele o encarregado de estar à frente das solenidades, da recepção da Virgem Peregrina, a Campina Grande.

Ainda não conheci quem organizasse, real e eficientemente, uma multidão de dezenas de milhares de pessoas, principalmente à noite, com a chegada trazada de duas horas e meia, com muita lama, pois tinha chovido bastante, em Campina Grande, como em toda estrada desde a Capital.

Mas, dentro do possível, padre Serrão fez prodígios.

Padre Cristovam Ribeiro foi, na vigília da Matriz do Rosário, de Campina Grande, tomou todo interesse, pelas festas da Virgem Peregrina, desde sua chegada a João Pessoa.

Veio de automóvel, com sua exma. mãe e irmãs, recebeu, no aeroporto de Santa Rita, trazendo o carro cheio de flores naturais.

Estava, de pé firme, no Asilo Deus e Caridade, muito satisfeito, com todas as festas, principalmente porque Nossa Senhora do Carmo já passou algumas horas na Matriz, de que é Vigário, trancando ainda, se possível, a noite, com o misterio de Nossa Senhora

local, cuja capela é dedicada a Nossa Senhora do Carmo, quando faria uma prece por todos os mortos locais.

A ORDEM 3ª DO CARMO DE CAMPINA GRANDE

Tomou todo interesse, para que as festas, em honra de sua celestial Patrona, tivessem todo vultuosismo possível.

Foram as Terceiras carmelitas, o braço direito do mons. Mariano e do padre Pedro Serrão, na distribuição, dos mais variados serviços, inclusive as grandes despesas, que naturalmente acarretam.

É preciso salientar nesta noite, que, embora todas as irmãs tivessem demonstrado boa vontade e interesse, fora do comum, a alma de tudo foi a exma. srta. Sinhá Alves, priora desta venerável Ordem 3ª.

Sem o seu concurso, quase tudo certamente se teria feito, mas, com dificuldades muito maiores.

EM LAGOA SECA

A Virgem Peregrina sairá, de Campina Grande, na próxima segunda-feira, provavelmente às 5 horas da manhã.

O boníssimo mons. Severino Mariano, em entendimento com os reverendos, franciscanos, do maior Convento, do Norte do Brasil, não sei se no Sul existem iguais ou maiores é quem dá a palavra de ordem.

Ouço dizer que lhe estão sendo preparadas grandes homenagens.

EM LAGOA DE ROÇA

Pego ao conego José Borges, modlar vigário de Alagoa Nova, acerte com o padre Mariano e os padres franciscanos de Lagoa Seca, a hora da chegada exata da Virgem Peregrina, na Capela de sua freguesia, por onde é possível fazer a passar.

Animados como são os Lagoeiros, para tudo quanto é de Deus e da Santa Mãre Igreja, conhecendo de perto a piedade do povo de Alagoa Nova, tenho certeza de que toda parquia estará ali, para homenagear a Mãe de Deus, como o Seu Vigário à frente.

A PARTIDA PARA ESPELANÇA

RANÇA

Poco também ao meu distinto colega e amigo, conego João Honorato, para acertar com os padres Mariano e Borges a hora da chegada à Esperança, minha terra natal.

Desejo que ela chegue cedo. Mas, este cedo pode variar um pouco.

Mesmo porque, todos não são filhos de Deus e de Nossa Senhora também.

É natural que eu tenha certa distinção, pela terra que me deu o berço, principalmente sendo o seu vigário terceiro carmelita e o seu povo, todo de Nossa Senhora do Carmo.

Nunca pude fazer diretamente, por ela, grande coisa; pois, altaram-me oportunidades para tanto.

Feliz ou infelizmente, porém, adquirei, desde sete anos, uma erra aditiva, a invicta cidade de João Pessoa, onde tenho podido ter meios para exercer os meus penhores de Assistência Social.

Tenho certeza de que, si tivesse voltado, para minha terra natal, mesmo depois de ordenado, não teria podido fazer, pelos seus doentes pobres, o que tenho conseguido nesta Capital.

E beneficiando aos sofredores de todo Estado, de certa maneira, é a terra, que me viu nascer, a grande beneficiadora de todos eles.

Por todas estas razões, é que reservei, para Esperança, mais algumas horas do dia onze e a noite, no sábado, no dia 12, de manhã, para Itipio e depois Areia, onde permitirão os religiosos de Nossa Senhora

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

GABINETE DO SECRETARIO

Estiveram, ontem, no Gabinete do Secretario de Educação e Saúde, sendo recebidos pelo Secretario, os dres. Americo Maia, Ivaldo Falcone, Luiz Miranda Freire e Flaviano Ribeiro Coutinho, srs. Francisco Araújo, Sotelo Serrão, João Viana da Costa e Natercio Maia, sras. Maria de Lourdes Gomes, Alice Gabriel de Oliveira, Iracema Correia de Melo e profa. Josefa Cunha, Irma Maria Cordella, diretora da Escola Particular «São José» e uma turma de concluintes da Escola de Professores.

NOTÍCIAS do DIA

Reportagem de José Ramalho

Espera-se nesta cidade, amanhã, o deputado federal João Ursula Ribeiro.

A Administração do Porto de Cabedelo habilitou-se no processo da Falcencia da Sociedade de Navegação e Comercio Parahibana S/A, desta cidade.

Zé da Luz realizou com sucesso um festival ante-ontem, no Cinema Brasília.

Em Mandacari, no dia 16, tomara posse a nova diretoria do Ribamar Esporte Clube.

Voltará a João Pessoa a companhia de Comedias Proscio Ferreira.

A Cruz Vermelha Brasileira fez entrega dos diplomas das concluintes do curso de partelra.

O tenente Severino Dias de Sousa, foi designado para responder pelo expediente da Delegacia de Antenor Navarro.

A Great Western está chamando Odílio Pedro da Silva, para reassumir as funções.

Até 15 do corrente estão abertas na Capitania as inscrições para exames do pessoal da Marinha Mercante.

O Superior Tribunal Eleitoral decidiu que são validos os títulos expedidos de 1932 e 1934.

Satisfeitas pelo Tesouro do Estado as folhas do mês de julho, começaram, terça-feira, os pagamentos do funcionalismo correspondente ao mês de agosto.

O governador José Targui

Perturbação, etc.

(Conclusão da 1ª pag.)

licas diz que, além dos elementos truculentos de sua guarda pessoal, acompanharam o sr. Getúlio Vargas ao norte e nordeste provedores de sua comida.

Escreve o jornal: "Getúlio Vargas com medo de ser envenenado, ressusita os costumes de Cleopatra, rainha do Egito, usando, como extravos, para suas experiências, mercúrios e fanáticos de sua guarda pessoal".

ORIENTARA O ELEITO. RADO

RIO, 8 — Informa-se que dentro de cinco ou seis dias o Tribunal Superior Eleitoral, através do Diário da Justiça, orientará o eleitorado do Distrito Federal, publicando a lista de todo o eleitorado carioca com as respectivas secções locais.

O presidente Dutra visita, etc.

(Conclusão da 1ª pag.)

general Dutra, está despertando do vivo interesse, de vez que, a família Machado está intimamente ligada à história do grande rio.

E' que o pai do sr. Cristiano Machado, cel. Virgílio Machado, foi o pioneiro da navegação do Rio São Francisco.

no aprovou o Regimento do Departamento do Serviço Público da Paraíba.

Está sendo elaborado pelo DSP, o regulamento do Departamento de Publicidade e feita a reestruturação do quadro de funcionários, recentemente sugerida pelos interessados.

Foi exonerado a pedido, o Juiz de Direito da Comarca de Brejo do Cruz, dr. Candido Alves da Costa que se candidatou a deputado estadual pelo PSP.

Apresentou-se o oficial administrativo Sisenando Costa.

O Tribunal de Justiça, não conheceu o recurso interposto por Antonio Pereira Gomes contra Adelino Honorio.

DELEGACIA FISCAL

Tabela de pagamentos a vigorar no mês de Setembro de 1950:

PRIMEIRO DIA — 22 — Repartição dos Ministérios da Fazenda e Justiça. Fiscalização do Imposto de Consumo.

SEGUNDO DIA — 23 — Educação e Saúde e da Viação (Poder Permanente.) Repartição do Poder Judiciário.

TERCEIRO DIA — 25 — Repartições do Ministério da Agricultura.

QUARTO DIA — 26 — Extramurários do Ministério da Viação.

QUINTO DIA — 27 — Apontamentos dos diversos Ministérios.

SEXTO DIA — 28 — Pensões prociárias, graciosas e do Ministério da Fazenda.

SETIMO DIA — 29 — Pensões dos Ministérios da Justiça, Educação e Saúde e Viação.

OTAVO DIA — 30 — Pensões dos Ministérios da Guerra e Marinha.

Os resumos de frequência deverão ser remetidos à Delegacia Fiscal até o dia 15.

O servidor que deixar de receber no dia marcado na presente tabela, só será atendido nas tardes e sextas do mês seguinte.

SOCIEDADE UNIÃO OPERARIA BENEFICENTE

Reunir-se-á, amanhã, 10 do corrente, em sessão de Assembleia Geral para eleger sua nova diretoria no período 1950-51, a Sociedade União Operaria Beneficente. O sr. Presidente encarece o comprometimento de todos os associados.

ACOMPANHARA O PRES. DUTRA

RIO, 8 — O sr. Cristiano Machado e esposa seguirão amanhã com a comitiva do presidente Dutra para visitar a Usina Hidro-Elétrica do São Francisco.

Depois visitarão Salvador, Paulo Afonso, Santa Catarina e o interior de São Paulo.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DA PARAIBA

A solenidade da entrega, ante-ontem, dos diplomas às concluintes do Curso de Obstetrícia, Puericultura e Enfermagem

ESTEVE PRESENTE AO ATO O GOVERNADOR JOSÉ TARGINO -- OS DISCURSOS DOS DRS. JOSÉ CLEMENTINO JUNIOR, PARANINHO DA TURMA E LAURO WANDERLEY EM NOME DA DIREÇÃO DO CURSO -- OUTRAS NOTAS

Constituiu acontecimento de relevo a solenidade, ante-ontem, às 20 horas na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, da entrega dos diplomas às concluintes do Curso de Obstetrícia, Puericultura e Enfermagem, instituído pela Cruz Vermelha Brasileira, Filial da Paraíba, em cooperação com a L.B.A. e o Departamento de Saúde.

Ao ato, compareceu o Governador José Targino, notadamente, ainda, a presença do presidente da Filial paraibana da Cruz Vermelha Brasileira, dr. Humberto Nóbrega, autoridades, médicos, jornalistas, famílias e pessoas de destaque dos nossos círculos culturais e sociais.

Foi paraninfo da turma o dr. José Clementino Junior, fisiologista conterrâneo, que teve palavras de entusiasmo em torno da magnífica iniciativa, conclamando as diplomadas para a árdua missão da enfermagem, que exige um extremo espírito de dedicação e renúncia, no intuito de levar o sofrimento humano, assim na paz como na guerra.

Em nome da direção do Curso,



Foto colhida na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, no dia 7 do corrente, vendo-se os dros. Lauro Wanderley, Humberto Nóbrega, José Clementino, e as novas enfermeiras, recém-diplomadas no Curso de Obstetrícia, Puericultura e Enfermagem.

discurso o dr. Lauro Wanderley, que, após fazer um breve rela-

to das providências conjuntas da Cruz Vermelha Brasileira, da Legação Brasileira de Assistência e do Departamento de Saúde, para a colimação do patriótico desígnio, teve, igualmente, expressões de estímulo para que todas as concluintes cumprissem a sua profissão.

As recém-diplomadas proferiram o seguinte juramento, lido pela concluinte D. Zélia Ferreira de Abreu:

"Nós, Enfermeiras Obstétricas e Puericultoras perante Deus e a Pátria juramos exercer a nossa profissão com honra e dignidade, sendo o amparo material e moral da mulher brasileira que a nós confia os sagrados encargos de assistir no momento do parto ou no cuidado da infância."

Foram as seguintes as alunas a quem a direção do Curso conferiu o respectivo diploma:

- 1 — Zélia Ferreira de Abreu
- 2 — Argentina Maurício de Paiva
- 3 — Zilda Lopes Pessoa
- 4 — Julieta Toscano Batista
- 5 — Ivonete Galdino Sales
- 6 — Ana Gomes de Vasconcelos

- 7 — Marieta da Silva Rabelo
- 8 — Maria Lucia de Barros
- 9 — Nally F. Boreburne
- 10 — Isaura G. da Silva
- 11 — Maria da Conceição Mesquita
- 12 — Rosa Sebadele V. de Souza

- 13 — Alba Monteiro
- 14 — Ivone P. de Miranda
- 15 — Lucila de M. Ribeiro
- 16 — Maria do Carmo Barbosa

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA

Estão convidados a comparecer à Presidência do Monte-pio, os segurados abaixo mencionados:

José da Costa Neiva, Esmeralda Caldas Lins, Joaquim Neves Meira, Severino Leite de Almeida, Maria Gomes Maia, Inês Souza Barbosa, Maria Madalena Lira, José Teófilo Bezerra, Maria das Neves Barreto, Ludgero Pereira da Silva

Noticiário do Governo do Estado

Estiveram ontem no palácio do Governo, sendo recebidos pelo Chefe do Executivo, os deputados Fernando Nóbrega e Flávio Ribeiro.

O Governador do Estado recebeu ontem a professora Isabel Nunes da Costa e sra. Maria Alice de Albuquerque.

VISITOU O GOVERNADOR DO ESTADO O NOVO COMANDANTE DO 15.º R. I.

Esteve na tarde de ontem no Palácio do Governo, retribuindo a visita que lhe foi feita pelo governador José Targino, por intermédio do seu assistente militar major Manuel Canara Moreira, o novo coman-

dante do 15.º R. I., tenente Cel. José Leite Brasil.

O ilustre militar foi recebido com expressões de cordialidade, tendo se demorado em palestra com o Chefe do Executivo e auxiliares imediatos da administração.

As Comemorações, etc.

(Conclusão da 1.ª pag.)

João Lima, seu presidente, procedido à leitura do Relatório do triênio social 1947/1950.

Em seguida, o dr. Aníbal Victor de Lima e Moura proferiu uma brilhante oração a respeito do Dia da Pátria.

Estiveram presentes a essa sessão autoridades, intelectuais e representantes da imprensa e de outras agremiações culturais.

As fotos que ilustram estas notas foram tomadas por ocasião do desfile, vindo-se no zigue a passagem das tropas do Exército pela praça João Pessoa; ao centro, uma visão do Palanque, onde se encontrava o Chefe do Governo ladeado de

outras autoridades civis e militares, e em último plano, um aspecto parcial do desfile dos estudantes e desportistas.



LONDRES — A Quinzena da Elegancia Londrina, do ano que vem, terá início a 13 de maio, terminando a 3 de junho, conforme anunciou no dia 30 de agosto a respectiva Comissão. Essa Comissão espera poder incluir a maior variedade possível de roupas e acessórios na apresentação.

A Comissão escolheu a data mencionada para que coincidissem com a do Festival da Grã-Bretanha, que deverá atrair grande número de visitantes do ultramar. A Quinzena da Elegancia deste ano despertou um interesse considerável, sendo que os visitantes lá apresentaram consultas sobre a Quinzena de 1951.

HAIA — O Governo holandês acaba de reconhecer oficialmente que J. J. Wichers de Wassenaar, tenente da marinha holandesa, é o inventor do Snorkel, aparelho que permite aos submarinos permanecerem debaixo d'água durante semanas a fio, e que os alemães foram os primeiros a usar na guerra. Um reconhecimento por seu invento, o tenente Wichers foi promovido a capitão tenente.

Quando em 1943 Wichers ofereceu seu invento ao Ministério da Marinha da Holanda, teve seu oferecimento recusado por aquele departamento, sem ter sido experimentado. Mais tarde, entretanto, com a construção de uma nova série de submarinos, foi tomada em conta a possibilidade de instalarem-se aparelhos Snorkel. Em 1940 alguns desses submarinos refugiaram-se na Inglaterra, porém o Almirante inglês não teve fé no invento e as plantas foram postas de lado.

Os alemães deram acidentalmente com o projeto após a invasão da Holanda e apressaram-se a utilizá-lo. Quando os submarinos, russos e ingleses descobriram o Snorkel ao fim da guerra, pensaram que os inventores tivessem sido engenheiros alemães. Nessa ocasião Wichers achava-se como prisioneiro de guerra num campo de concentração japonês, e não pode reivindicar seu direito. Ao voltar à Holanda iniciou a difícil luta pelo reconhecimento, só agora finalmente coroada de êxito.

WELLINGTON, (Nova Zelândia) — O Governo da Nova Zelândia está tomando providências especiais a fim de proteger "o mais primitivo dos sapos de todo o mundo".

Descoberto recentemente na Ilha Stephen, ao largo da costa da Ilha do Sul, esse sapo foi considerado por cientistas como o antepassado mais remoto de todos os demais tipos de sapos existentes no mundo inteiro.

O Ministério de Negócios Interiores anunciou que tomará providências especiais para salvaguarda dessa espécie, atendendo igualmente a que a Lei de Proteção aos Animais de Caça proíbe a morte dos sapos pelo homem.

O local em que esse "Vovô Sapo" foi encontrado será devidamente cercado e plantado, estando previsto o fornecimento de água nos períodos de seca. Haverá permissões especiais para os turistas que queiram visitar o recinto privativo do valioso espécime.

VIDA ESCOLAR

QUADRO DE DESTAQUE DO COLEGIO PIÓ X

2.ª Série A

Antonio Mariz	85
Francisco C. Parais	71
João Delorenço	71
Antonio de P. Carvalho	81
Antonio Joaquim	70

2.ª Série B

Mário Silveira	79
Carlos da C. Lima	75
José B. Pereira	74
Luiz V. Sobrinho	70
Walter Pinto	70

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO PARAIBANO

EMPOSSADA A NOVA DIRETORIA E CO.

MISSÃO PERMANENTES

A PALESTRA DO CONEGO FRANCISCO LIMA

Comemorando o "Dia da Pátria", o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano realizou, no dia 7 do corrente, às 16 horas, uma sessão solene com a presença de regular número de sócios.

Aberta a sessão, o presidente da posse aos membros da Diretoria eleita, em 20 de agosto p. findo, para o triênio social 1950/53, assim constituiu: Presidente, dr. Clovis Lima; Vice-dito, dr. J. Santos Coelho Filho; 1.º Secretário, J. Veiga Junior; 2.º dito, A. Rocha Barreto; Orador, dr. Aníbal de Lima e Moura; Tesoureiro, prof. Oliveira C. da Cunha; Bibliotecário, arquivista, dr. F. Vidal Filho. Comissões Permanentes: de História Geografia, etc. Srs. Celso Mariz, conego Francisco Lima, dr. Otacilio N. de Queiroz. De Contas: Conego Flo-

rentino Barbosa, prof. J. Batista de Melo e dr. Lilia Guedes. De Admissão de Sócios: conego Nicodemus Neves, dr. Oscar de Castro e tenel. P. Coutinho de Lima e Moura.

Lido pelo Presidente o Relatório do último período social, o consóci dr. Santos Coelho, com a palavra, fez ressaltar o esforço e atividade do Presidente Clovis Lima, frisando, sobretudo, a sua ação reconstitutiva. A seguir é dada a palavra ao orador oficial conego Francisco Lima que dissertou sobre o tema A CONSCIENCIA NACIONAL FACE AOS REGIMES POLITICOS, sendo ao terminar vivamente felicitado pelos presentes. Encerrando a sessão, o Presidente agradece o comparecimento a todos quanto acorreram àquela solenidade.

Admissão de delegados comunistas chineses na ONU

HOMENAGEADO O BRASIL PELO CONGRESSO PERUANO

LIMA, 8 — O Congresso peruano prestou uma homenagem ao Brasil, na data de sua independência. Discursaram nas duas casas do Congresso o deputado Enrique Miró Quesada e o senador Cacho e Sousa.

LIGANDO O SUL COM O NORTE

SALVADOR, 8 — Está sendo esperado depois de amanhã, domingo, o primeiro trem da ligação sul e norte, que deixou o Rio de Janeiro ontem à tarde.

O percurso entre o Rio e a Bahia, será feito em 60 horas.

DESASTRE COM UM AVIÃO DA FAB

FORTALEZA, 8 — Caiu perto de Cascavel um avião da Força Aérea Brasileira em missão de reconhecimento, morrendo os pilotos, tenentes Enio Lopes Rodrigues e Estanislau Amaral.

Faltam pormenores.

PAPEL FABRICADO NO PARAÍ

BERLIN, 8 — Foi entregue ao consumo a primeira partida de papel fabricado no país.

A produção da nova usina é de uma tonelada de papel diário.

RATIFICADA

LA PAZ, 8 — O Congresso boliviano, por unanimidade, ratificou a Carta da Organização dos Estados Americanos, assinada em Bogotá em abril de 1948.

A inauguração, ante-ontem, do Grupo Escolar Federal de Marí



Pela manhã do ante-ontem ocorreu na vila de Marí, município de Sapé a inauguração do Grupo Escolar Federal daquela localidade.

Estiveram presentes à solenidade o dr. Ivaldo Falcone, representando o governador José Targino; prefeito Luiz Ribeiro Coutinho; vice-prefeito João Claudino; monsenhor Pedro Anísio, Pe. Eurivaldo Tavares, vigário da Paróquia, além de outras pessoas de projeção dos círculos sociais do Município.

Após a bênção do novo estabelecimento de ensino primário, que foi dada pelo Mons. Pedro Anísio, discursou a Diretora do Grupo Escolar Francisca Moura, congratulando-se com as autoridades presentes e habitantes da comunidade pela concretização do importante melhoramento.

Seguiram-se com a palavra o estante Geraldo Magalhães, prefeito Luiz Ribeiro Coutinho e dr. Ivaldo Falcone, que falou em nome do Chefe do Executivo parabaiano.

A fecho que estampamos é um flagrante do ato inaugural do Grupo Escolar da Vila de Marí.

O SR. TRYGVE LIE SOLICITARA AOS ESTADOS UNIDOS PERMISSÃO PARA A ENTRADA DOS REPRESENTANTES VERMELHOS NAQUELE PAÍS

LAKE SUCESS, 8 — O secretário geral das Nações Unidas, sr. Trygve Lie, anunciou que solicitara aos Estados Unidos licença para uma delegação comunista chinesa entrar no país, caso a Assembleia Geral da ONU decida afastar os delegados nacionalistas.

O sr. Trygve Lie comunicou essa sua intenção ao Governo de Pequim.

DETIDOS DOIS CIENTISTAS

LOS ANGELES, 8 — Foi detido o comunista, dr. Shen-Tsien, cientista chinês, especialista em questões aeronáuticas do Instituto Tecnológico da Califórnia.

O mes passado, agentes federais apreenderam oito caixões contendo documentos científicos, pertencentes ao dr. Tsien quando este pretendia partir para a China comunista.

O Serviço de Imigração revelou que o dr. Tsien, que dirige o Centro Daniel And Florence Guggensin a propulsão a jato, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, está detido em sua residência.

Tsien foi detido depois que as autoridades comprovaram que os oito caixões estavam cheios de material científico classificado de não classificado.

LOS ANGELES, 8 — O dr. Sydney Winbaum foi preso sem direito a fiança e aguarda sua sentença terça-feira com relação às acusações de perjúrio e uma acusação de fraude.

O Juri Federal decidiu, após quatro horas de deliberações, que o cientista mentiu declarando perante um oficial de Segurança do Exército, no ano passado, que nunca fora comunista.

Winbaum nasceu na Rússia e conta 52 anos. Declarou ele que apelará da sentença e reafirmou que nunca pertenceu ao Partido Comunista.

INVADIRAM O PARLAMENTO

OTTAWA, 8 — Mais de 200 membros do chamado "Congresso pro-paz" canadense, de inspiração comunista, invadiram o Parlamento exigindo que o Canadá suspenda a sua participação na guerra da Coreia.

Os guardas impediram de invadirem a quarta central do edifício, e o grupo se dispersou ao saírem as campanhas para a abertura da sessão.

Embaixada Cívico-Religiosa de Pernambuco a todo Brasil

SEIS CARROS TRIUNFAIS, DUSENTOS AUTOMÓVEIS E VINTE MIL PESSOAS NA CHEGADA DA VIRGEM PEREGRINA A CAMPINA GRANDE

Cônego José da Silva Coutinho

A chegada de Nossa Senhora do Carmo, a Campina Grande, foi apenas inesquecível.

Devido aos aguaceiros torrenciais, que caíram, em toda a região, e também, pelas contínuas homenagens, que recebeu pela entrada, a Virgem Peregrina, que, a 15 quilômetros de distância, na zona habitada do caminho, só às 19 horas, chegou a Imagem da Mãe de Deus, ao Dispensário dos Pobres, das Irmãs de Caridade, um pouco antes do Aquês Velho, quando, pelo programa, era esperada às 16,30.

Dizem todos que, se chegasse na hora, a multidão seria muito maior.

Dizendo: poderia ser muito mais bem organizada, com coleções, escolas, associações religiosas, formadas à frente, etc.

Maior, porém, é impossível que fosse: pois, vinte mil pessoas, no mínimo, acompanharam a Virgem, que ia passando, entre outros vinte ou trinta mil que estavam, de pé, nas ruas e praças por onde se tinham aglomerado.

Duzentos carros, sendo seis triunfais na frente, entre automóveis, caminhões e camiones, bastavam e acompanhavam o cortejo.

Posso falar de catadura, porque assisti toda chegada.

Na caminhonete, que levava da capital, o pequeno andar da Virgem.

E logo que a entregou, ao carro triunfal n.º 1, ricamente enfeitado e artisticamente iluminado, no Azilo Deus e Caridade, de, sai da fila, que pode, o que não foi muito fácil, em virtude da multidão que acovelava e assisti, de parte, o cortejo de automóveis e pedestres.

O SR. BISPO D. ANSELMO PIETRULLA

Sua Excia. Revdima, preleou toda solidariedade às festas carmelitanas.

Deu todas as ordens, toda facilidade, para que fossem brilhantes, quanto possível.

Fez mais.

Estava, em vista pastoral, na Paróquia de Cabaceiras e veio especialmente afim de assistir a chegada triunfal de Nossa Senhora.

Finalmente a recebeu, na Igreja do Carmo, falado em último lugar, encerrando as pregações, depois das saudações do monse. Severino Mariano, do Acadêmico Demerval Trigueiro e do Cônego José Borges, antes da bênção do Santíssimo.

Tôco profundamente o coração das carmelitas de João Pessoa. (Conclui na 2ª pág.)

DESASTRE NA MINA DE CALVÃO NA ESCÓCIA

128 trabalhadores presos numa galeria

LONDRES, 8 — Notícias de Connock, na Escócia, anunciam que ocorreu um tremendo desastre numa mina de carvão. Devido às pesadas chuvas, desmoronou a boca da mina, e toneladas de lama obstruíram a passagem a 128 mineiros presos numa galeria.

Os funcionários da mina julgaram muito fracas as esperanças de salvar os companheiros.

OS SOCORROS

NEW CONNOK, 8 — (Ex-

côcia) — Turmas de socorros trabalham intensamente para libertar 128 mineiros que ficaram presos no fundo de uma mina.

Trabalhadores isolados mantêm comunicação telefônica com a superfície. Sabe-se que a maioria deles está viva, mas há graves temores com relação a sorte de 13 mineiros que ficaram numa seção da galeria em virtude de ter sido obstruído o sistema de ventilação.

CHEGA AO FIM A OFENSIVA COMUNISTA

A 24ª DIVISÃO NOROCCIDENTAL AMERICANA INVESTE SOBRE AS MONTANHAS DE POHANG — DECISIVO CONTRA ATAQUE DOS IANQUES

TOQUIO, 8 — A ofensiva comunista na Coreia está se estagnando aos poucos, enquanto os norte-americanos contra-atacam nos setores críticos para restabelecer as linhas de defesa.

24ª Divisão investe nas montanhas abaixo de Pohang, sob intensa chuva, procurando fechar a brecha de 10 quilômetros, aberta na linha nordeste.

COMUNICADO DO 8º EXERCÍTO

TOQUIO, 8 — O comunicado oficial do 8º Exército não faz qualquer referência às operações da 1ª Divisão de Cavalaria do norte de Taegu.

As últimas notícias daquele setor dizem que a 1ª Divisão foi obrigada a um recuo no espaço de 48 horas.

Nos restantes 160 quilômetros de front parece estar detida a ofensiva vermelha. O inimigo lançou violento ataque no setor nordeste à meia noite, mas suspendeu inesperadamente, em meio a forte chuva.

LAKE SUCESS, 8 — A Holanda comunicou oficialmente às Nações Unidas que mandará uma Força Expedicionária, composta de mil homens, para lutar contra os invasores comunistas na Coreia.

NA PRINCIPAL RODOVIA

TOQUIO, 8 — As forças aliadas contra-atacaram hoje na rodovia principal a leste e oeste, entre Yong-Chong e Taegu, que se achava ao alcance da artilharia inimiga.

Taegu, principal baluarte de toda a linha de defesa das Nações Unidas parece estar em perigo iminente.

ALCANÇARAM A MONTANHA DE BATALHA

TOQUIO, 8 — Tropas de choque da 25ª Divisão norte-americana irromperam na disputada "Montanha da batalha" numa frente de 55 quilômetros a oeste de Pusan e recapturaram uma elevação estratégica perdida para o inimigo a uma semana atrás.

REPELIDOS EM TAEGU

TOQUIO, A 1ª Divisão da Cavalaria norte-americana repeliu dois ataques inimigos às portas de Taegu e avançou, num contra-ataque, em direção à cidade de Kusan, um pouco ao norte.

CONTRA-ATAQUE

TOQUIO, 8 — A grande ofensiva comunista na Coreia está perdendo a intensidade, enquanto as tropas norte-americanas contra-atacaram nos setores críticos para restabelecer as linhas de defesa.

A 24ª Divisão luta nas montanhas ao sul de Pohang, a fim de fechar a brecha, quase de 10 quilômetros, aberta na linha de frente ao norte e oriental.

A 5 KM. DE POHANG

Q. G. DO 8º EXERCÍTO NA COREIA, 8 — Os comunistas (Conclui na 2ª pág.)

DIÁRIO OFICIAL

Estado da Paraíba — (Brasil) — João Pessoa, — Sábado, 9 de setembro de 1950

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO GOVERNADOR

(*) DECRETO N.º 244, de 5 de setembro de 1950

Aprova o Regimento do Departamento do Serviço Público.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA, usando das atribuições que lhe confere o art. 52, item I, da Constituição do Estado, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento do Departamento do Serviço Público (D.S.P.), que acompanha o presente decreto.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 5 de setembro de 1950; 62ª da Proclamação da República.

JOSE TARGINO
Aloysio Regis Gouveia

REGIMENTO DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art. 1.º — O Departamento do Serviço Público (D.S.P.), criado pelo Decreto-Lei 140, de 30 de dezembro de 1940 e reorganizado pela Lei 61, de 3 de dezembro de 1947, tem por finalidade:

- a) estudar e propor sistema de classificação e remuneração de funções e cargos públicos;
- b) estudar e rever os quadros de funcionários e extranumerários;
- c) selecionar candidatos a cargos e funções do serviço civil estadual, executados os das Secretarias da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, os da magistratura e os do ministério público;
- d) promover o treinamento, adaptação, readaptação e aperfeiçoamento dos servidores civis do Estado;
- e) preparar, quando conveniente, candidatos a funções e cargos públicos;
- f) centralizar o serviço de assentamento dos funcionários e extranumerários, mantendo-os rigorosamente em dia;
- g) processar as nomeações e promoções dos funcionários e a admissão de extranumerários, na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos, lei orgânica do extranumerário e regulamentos em vigor;
- h) fixar os padrões e especificações do material destinado aos serviços públicos, estabelecer normas para melhor aproveitamento e guarda do mesmo;
- i) efetuar a aquisição e distribuição do material, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 2.º — O D.S.P. compõe-se de:
Divisão do Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento (D. P.);
Divisão do Material (D. M.);
Secretaria (S.);
Conselho Deliberativo (C.D.).

Parágrafo único — O D.S.P. organizará, para seu uso e dos servidores públicos e para o público em geral, uma pequena biblioteca de obras nacionais e estrangeiras, relativas a serviço público, bibliografias técnico-administrativas, trabalhos técnicos e estatísticas sobre cada ramo dos serviços públicos, documentos públicos federais, estaduais e municipais, tais como leis, decretos, regulamentos, regimentos, instruções, etc.

Art. 3.º — As Divisões, cada uma com um diretor, e os demais órgãos de que se compõe o D.S.P. funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do diretor geral.

CAPÍTULO III

Da competência das Divisões e Serviços

SEÇÃO I

Da Divisão do Pessoal, Seleção e Aperfeiçoamento

Art. 4.º — A' D. P. compete:

- a) estudar os planos e propor a classificação dos cargos públicos;
- b) estudar e rever, continuamente, os quadros e tabelas numéricas do pessoal;
- c) estudar e propor a lotação dos órgãos do serviço público civil;
- d) opinar sobre a criação ou extinção de cargos, a criação ou reorganização de carreiras e funções gratificadas, assim como sobre a criação ou alteração de séries funcionais;
- e) opinar sobre assuntos referentes ao provimento e vacância dos cargos e funções, direitos e vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores públicos;
- f) estudar as bases de concursos e provas de habilitação e organizar as respectivas instruções e programas;
- g) realizar concursos e provas de habilitação, orientar e fiscalizar sua execução e expedir os certificados de habilitação aos candidatos aprovados;
- h) propor a realização das provas de sanidade e capacidade física para o concurso, que serão realizadas na repartição competente do Departamento de Saúde;

i) opinar sobre as propostas de admissão e dispensa do pessoal extranumerário;

j) opinar sobre a habilitação de candidatos a funções de extranumerários contratados e mensaisistas, quando não houver realizado provas para a função;

k) apreciar processos administrativos submetidos no exame do D.S.P., opinando sobre as conclusões respectivas e sugerindo a competente ação disciplinar, quando cabível;

l) apreciar processos relativos a pedidos de reconsideração e recursos das penalidades, bem como as petições de readmissão e reintegração;

m) fiscalizar o cumprimento das decisões do Governador do Estado, em matéria de ação disciplinar;

n) promover e orientar a organização e fiscalizar o funcionamento de cursos de aperfeiçoamento de servidores públicos;

o) incentivar entre os servidores públicos o estudo de problemas da administração pública, promovendo conferências e congressos, assim como a divulgação de obras e estudos referentes ao serviço público;

p) estudar e propor normas e orientar a realização de adaptação e aperfeiçoamento dos servidores, por meio de treinamento no trabalho;

q) estudar os problemas de assistência e previdência social relativos aos servidores públicos;

r) estudar medidas tendentes a incentivar o cooperativismo e a assistência econômica aos servidores públicos;

s) colaborar com entidades oficiais e particulares na organização e orientação de centros de educação física e cultural, para recreio e aperfeiçoamento moral e intelectual dos servidores públicos e de suas famílias.

Art. 5.º — A' D. P. fica constituída das seguintes seções:

Seção do Funcionário (S. F.);

Seção do Extranumerário (S. E.);

Seção de Seleção (S. S.);

Seção de Aperfeiçoamento (S. A.);

Art. 6.º — A' S. F. compete:

- a) organizar e manter em dia os assentamentos completos para cada funcionário;
- b) organizar o expediente relativo à posse dos nomeados para cargos públicos;
- c) processar o provimento de vagas ocorridas no quadro do funcionalismo;
- d) providenciar a inspeção médica para efeito de licenças e aposentadorias;
- e) instruir os processos relativos a transferência de cargos ou carreiras ou permuta de cargos;
- f) instruir os processos de licenças, comissões legais, aposentadorias, punições, elogios, distínguções, falecimentos e assuntos de legislação geral que se referam aos funcionários;
- g) lavrar e registrar todos os atos relativos aos funcionários;

h) apreciar questões referentes à aplicação da legislação relativa ao provimento e vacância dos cargos e funções gratificadas;

i) apreciar processos administrativos submetidos no exame do D.S.P.;

j) registrar a frequência dos funcionários, à vista das comunicações remetidas pelas respectivas repartições.

Art. 7.º — A' S. E. compete:

- a) organizar e manter em dia os assentamentos de cada extranumerário;
- b) organizar e manter atualizados registros das séries funcionais e funções de contratados e diaristas;
- c) instruir os processos de admissão e dispensa do pessoal extranumerário;
- d) providenciar a inspeção médica para efeito de admissão, licenças e aposentadorias de extranumerários;
- e) lavrar e registrar os atos relativos aos extranumerários;
- f) registrar a frequência dos extranumerários, à vista das comunicações feitas pelas respectivas repartições.

Art. 8.º — A' S. S. compete:

- a) estudar e indicar os processos de seleção a serem adotados em cada caso e elaborar as instruções e programas de concursos e provas de habilitação;
- b) tornar efetivas todas as medidas que se fizerem necessárias para a interferência de candidatos aos concursos e provas de habilitação, abrir, encerrar, aprovar e encerrar inscrições;
- c) proceder ao estudo dos documentos apresentados pelo candidato e promover a sua restituição, depois de verificada a sua validade e anotados os seus principais elementos;
- d) realizar os concursos e provas de habilitação, orientar e fiscalizar a sua execução;
- e) apreciar os recursos relativos à classificação dos candidatos;

f) expedir os certificados de habilitação;

g) manter rigorosamente atualizados os elementos necessários ao processamento das promoções dos funcionários;

h) organizar, manter em dia e publicar a lista de antiguidade de classe dos funcionários;

i) registrar o merecimento dos funcionários, à vista dos boletins remetidos pelas respectivas repartições;

j) apurar os dados necessários ao processamento das promoções e preparar as propostas que serão apresentadas ao Governador do Estado.

Art. 9.º — A' S. A. compete:

- a) realizar estudos e pesquisas necessários ao programa de aperfeiçoamento dos servidores públicos a cargo da Divisão;
- b) propor a execução dos métodos que se fizerem indicados;
- c) planejar e propor a organização de cursos de preparação, especialização e aperfeiçoamento, elaborar os respectivos programas e fiscalizar o seu funcionamento;
- d) promover, para intensificar o estudo da administração, o intercâmbio com instituições públicas e particulares,

dentro ou fora do Estado; a realização de congressos e conferências, e a organização de centros de cultura física e cultural, para recreio e aperfeiçoamento moral e intelectual dos servidores públicos e de suas famílias;

d) estudar e sugerir medidas de assistência social aos servidores públicos;

e) estudar e propor a regulamentação da readaptação dos desajustados intelectualmente;

f) planejar, sugerir e promover a execução das normas relativas ao treinamento no trabalho.

SEÇÃO II

Da Divisão do Material

Art. 10 — A' D. M. compete:

a) estudar e propor as normas relativas ao orçamento, requisição, especificação, compra, recebimento, guarda, distribuição, troca, cessão, venda, utilização, recuperação e destruição do material;

b) estudar e propor a fixação de especificações de materiais para uso nos serviços públicos;

c) estudar, em cooperação com o Departamento de Obras Públicas e as repartições interessadas, os projetos de aparelhamento, equipamento e instalações de serviços;

d) examinar o material em uso nos serviços públicos, propondo as modificações necessárias à eficiência e economia do seu emprego;

e) proceder às concorrências públicas e administrativas e coletas de preços, para aquisição do material permanente e de consumo, destinado ao serviço público;

f) estabelecer as normas do melhor aproveitamento do material em desuso;

g) promover o exame tecnológico para verificação da qualidade e eficiência dos materiais, quando necessário;

h) consultar à repartição requisitante sobre a conveniência da substituição do material, uma vez verificado que os artigos similares podem substituir os originalmente requisitados, sem prejuízo do serviço;

i) expedir pedidos para fornecimento de materiais;

j) solicitar às repartições requisitantes novos elementos de especificação, não só para definir e precisar, com segurança e clareza, o material requisitado, como, também, para admitir o maior número de proponentes nas concorrências e coletas de preços;

k) examinar as justificativas de preferência de marca e de exclusividade, indicando às repartições requisitantes, para maior generalidade e economia, a admissão de artigos similares nas concorrências.

Art. 11 — A' D. M. fica constituída das seguintes seções:
Seção de Simplificação e Padronização (S. P.);
Seção de Compras (S. Ch.).

Art. 12 — A' S. P. compete:

a) organizar o catálogo e o índice de material, visando a: 1) reduzir as variedades; 2) estabelecer a classificação, nomenclatura e descrição do material, com o fim de facilitar a identificação e agrupamento; 3) informar sobre os tipos, dimensões e qualidades existentes no mercado; e 4) uniformizar a redação dos pedidos de material;

b) organizar uma coleção de catálogos de fábricas, mosteiros, ou um índice de fabricantes e fornecedores;

c) estudar a fixação de padrões e especificações de material para uso nos serviços públicos;

d) entrar em contato com os órgãos técnicos para o exame e ensaio de materiais;

e) estudar e propor normas para a previsão do consumo, estatística, requisição, aquisição, recebimento, guarda, distribuição, utilização e reaproveitamento do material;

Art. 13 — A' S. Ch. compete:

a) receber e examinar as requisições de material feitas pelas repartições;

b) proceder às concorrências públicas e administrativas e coletas de preços;

c) propor a conveniência da substituição do material requisitado por artigos similares;

d) propor a solicitação às repartições requisitantes de novos elementos de especificação do material requisitado;

e) examinar, com a S. P., as justificativas de preferência de marcas e de exclusividade;

h) extrair os pedidos de compra aos fornecedores.

SEÇÃO III

Da Secretaria

Art. 14 — A' Secretaria compete:

a) preparar o expediente do Diretor Geral;

b) providenciar a publicação, no «Diário Oficial», dos atos e expediente do Departamento;

c) colher os elementos para o relatório do Diretor Geral;

d) organizar o ponto, manter o registro diário de frequência e expedir os respectivos boletins;

e) controlar e coordenar a execução orçamentária relativa ao D.S.P., organizando o registro dos créditos e mantendo em dia a respectiva escrituração;

f) realizar o serviço de emissão de empenhos;

g) coordenar e examinar, ao órgão competente a pasta orçamentária do D.S.P.;

h) preparar os pedidos de adiantamento e organizar as respectivas prestações de contas;

i) conceder cortêsias de tempo de serviço de servidores públicos;

j) registrar, movimentar e arquivar papéis;

k) executar os demais serviços de administração geral do D.S.P.

Art. 15 — A' Secretaria compreende:

Seção de Expediente e Contabilidade (S.E.C.);
 Serviço de Comunicações (S.C.);
 Arquivo (A.);
 Portaria (P.).
 Art. 16 — A S.E.C. compete:
 a) executar os trabalhos dactilográficos e mimeográficos do Departamento;
 b) encaminhar à publicação o expediente do Departamento;
 c) fiscalizar o ponto;
 d) preparar os boletins de frequência;
 e) coordenar os assuntos relativos ao pessoal lotado no Departamento;
 f) elaborar as folhas de pagamento;
 g) estudar, permanentemente, em colaboração com as Divisões, as necessidades do pessoal;
 h) proceder ao empenho de despesas a conta dos créditos destinados ao D.S.P.;
 i) manter devidamente em ordem o registro de empenhos;
 j) fornecer elementos para a elaboração da proposta orçamentária do Departamento;
 k) organizar as prestações de contas de adiantamentos recebidos.

Art. 17 — Ao S.C. compete:
 a) receber, registrar, distribuir e encaminhar papéis;
 b) classificar e fazer arquivar papéis e documentos;
 c) registrar e expedir a correspondência;
 d) atender ao público em seus pedidos de informações, bem como orientá-lo no modo de apresentar suas solicitações e reclamações;
 e) receber, guardar e distribuir o material adquirido para uso do Departamento;
 f) providenciar com a necessária antecedência a aquisição do material necessário aos serviços do Departamento.

Art. 18 — São do S.C. pôda: dar número ao expediente entrado ou saída e expedir a correspondência do D.S.P., bem como prestar informações sobre o andamento e decisão de papéis.

Art. 19 — Ao Arquivo compete:
 a) receber e arquivar os processos para esse fim remetidos pelo S.C.;
 b) proceder à contagem de tempo de servidores públicos e fornecer as respectivas certidões.

Art. 20 — A Portaria compete:
 a) prestar quaisquer informações solicitadas pelo público sobre a localização e funcionamento das Divisões e Serviços;
 b) velar pela conservação dos móveis e instalações;
 c) promover a limpeza dos salões, gabinetes e demais dependências do Departamento e zelar pelo bom estado de conservação dos mesmos;
 d) providenciar a coleta de lixo de todas as dependências;
 e) promover a rigorosa higiene das instalações sanitárias;
 f) exercer vigilância permanente nos lugares de entrada e saída, especialmente nos setores de maior contacto com o público.

SEÇÃO IV

Do Conselho Deliberativo

Art. 21 — Os Diretores de Divisão, sob a presidência do Diretor Geral, constituem o Conselho Deliberativo (C. D.), que opinará sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor Geral ou por qualquer dos seus membros.

Art. 22 — O C.D. reunir-se-á mediante convocação do Diretor Geral.

Art. 23 — As decisões do C.D. serão tomadas por maioria, cabendo ao Presidente, apenas, voto de desempate.

CAPÍTULO IV

Da movimentação de papéis

Art. 24 — Toda correspondência destinada ao D.S.P. será apresentada diretamente ao Serviço de Comunicações (S.C.), que proceda das partes, quer das repartições postais-telegráficas ou de qualquer outro órgão da administração.
 Art. 25 — O S.C. fornecerá às partes uma senha comprovante da entrega do papel, assinará os protocolos e bem assim os recibos de correspondência postal-telegráfica.

Art. 26 — A correspondência oficial será aberta no S.C., exceto a que constar de nota de reservada que, como a particular, será encaminhada aos respectivos destinatários.

Art. 27 — Nenhum papel será movimentado sem o prévio registro no S.C.

Art. 28 — Os papéis serão registrados em rigorosa ordem de sequência numérica e cronológica de entrada.

Art. 29 — O registro dos papéis será feito em fichas duplas, de modo que o seu arquivamento obedea à classificação segundo o número do processo e o nome do interessado.

Art. 30 — O S.C. distribuirá os processos e papéis aos seus diretamente às seções ou serviços que devam informá-lo ou dêles tomar conhecimento, ficando abolidos os despachos interlocutórios de distribuição.

Art. 31 — A distribuição dos processos ou papéis, nas seções, aos funcionários que os devam informar, compete aos respectivos chefes.

Art. 32 — Nenhum papel entrado no S.C. poderá permanecer por mais de 24 horas sem tomar o conveniente destino.

Art. 33 — A remessa dos processos e papéis a outros órgãos da administração será feita, na esgala, mediante protocolo; e seu andamento dentro do próprio D.S.P. far-se-á por meio de uma das vias da ficha de registro a qual será devolvida ao S.C. com o recibo do servidor a quem foi entregue o processo.

Art. 34 — Os processos distribuídos para andamento ou informação, quando necessarem do preenchimento de formalidades, como pagamento de selo, juntada de documentos e outras, voltarão ao S.C., que providenciará a respeito, atendendo às partes quando estas se apresentarem para a satisfação das formalidades exigidas.

Art. 35 — Nenhum processo será entregue à parte para cumprimento do disposto no artigo anterior, devendo permanecer no S.C. até a sua regularização.

Art. 36 — No caso de requisição de processos pelas Secretarias de Estado ou outras repartições, o S.C. só poderá entregá-las mediante prévia autorização do Diretor Geral, devendo ser passado, no ato da entrega, o recibo no protocolo de expedição.

Art. 37 — Ao S.C. serão, pelas Divisões, encaminhadas para expedição, guarda e arquivamento, os papéis ou processos preparados, despachados e os que aguardam providências, exceto os que forem submetidos ao despacho do Diretor Geral.

CAPÍTULO V

Das atribuições dos funcionários e extranumerários

Art. 38 — Ao Diretor Geral do D.S.P. incumbem:
 a) dirigir e coordenar as atividades do D.S.P. e representá-lo em todas as suas relações externas;
 b) despachar com os Diretores de Divisão;
 c) convocar e presidir as sessões do C.D.;
 d) requisitar servidores para o Departamento;
 e) admitir extranumerários;
 f) propor a designação de funcionários para funções gratificadas;
 g) autorizar a aquisição do material necessário aos trabalhos do D.S.P.;
 h) autorizar despesas e ordenar pagamentos, dentro das dotações orçamentárias;
 i) arbitrar gratificações pela execução de serviços extraordinários;
 j) conceder diárias e ajuda de custo;
 k) autorizar a antecipação ou prorrogação remunerada do período normal de trabalho;

l) determinar a instauração de processo administrativo;
 m) impor penas disciplinares, até a suspensão por noventa dias, aos servidores do D.S.P.;
 n) aprovar as instruções para concursos e provas de habilitação;
 o) homologar os concursos e provas de habilitação e assinar os certificados de habilitação;
 p) assinar o expediente do D.S.P.;
 q) designar o Diretor de Divisão que o deva substituir em suas impedimentos ocasionais;
 r) apresentar, anualmente, ao Governador do Estado, relatório das atividades do D.S.P. e que reúna, ainda, dados e observações sobre os serviços públicos.

Art. 39 — Aos Diretores de Divisão, em geral, incumbem:
 a) dirigir os trabalhos das respectivas Divisões;
 b) despachar pessoalmente com o Diretor Geral;
 c) comparecer às sessões do C.D.;
 d) opinar nos processos, papéis e quaisquer documentos submetidos ao estudo da sua Divisão;
 e) propor ao Diretor Geral a requisição de servidores, bem como a admissão, melhoria, remoção e dispensa de extranumerários;

f) propor ao Diretor Geral qualquer medida considerada necessária ao aperfeiçoamento do serviço público;
 g) antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho, até uma hora diária;
 h) indicar ao Diretor Geral os funcionários que devam exercer função gratificada de chefia, bem como os substitutos eventuais destes;

i) distribuir e redistribuir, pelas seções o pessoal da sua Divisão;
 j) aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão, até trinta dias, aos servidores da sua Divisão, propondo ao Diretor Geral a aplicação de penalidade que exceder de sua alçada;

k) determinar ou autorizar a execução de serviço exterior, fazendo a devida comunicação à Secretaria;

l) organizar a esgala de férias do pessoal da Divisão;
 m) expedir boletins de merecimento;

n) baixar instruções para a execução dos serviços da Divisão;

o) promover as diligências necessárias à execução dos trabalhos da Divisão;

p) corresponder-se com os chefes de repartições pedindo merecimentos;

q) apresentar, anualmente, ao Diretor Geral relatório sobre as atividades da respectiva Divisão.

Art. 40 — Ao Secretário incumbem:
 a) superintender os serviços de administração geral do Departamento;

b) secretariar as reuniões do C.D.;
 c) desempenhar os trabalhos de que seja incumbido pelo Diretor Geral;

d) redigir a correspondência da Diretoria Geral;
 e) atender às pessoas que procurarem o Diretor Geral, dando a feição conhecimento do assunto a tratar;

f) representar o Diretor Geral, sempre que se fizer necessário, por expressa e prévia determinação do mesmo.

Art. 41 — Aos chefes de Seção ou Serviço em geral, incumbem:
 a) dirigir e fiscalizar os trabalhos afetos à respectiva Seção ou Serviço;

b) distribuir o pessoal de acordo com a conveniência dos serviços;

c) distribuir os trabalhos ao pessoal lotado no respectivo setor;

d) ordenar a execução dos trabalhos e manter coordenação entre os elementos componentes da Seção ou Serviço, determinando as normas e métodos que se fizerem aconselháveis;

e) examinar os estudos, informações e pareceres e submeter à apreciação do Diretor da Divisão;

f) velar pela disciplina e manutenção de silêncio nos recintos de trabalho;

g) aplicar penas disciplinares de advertência e repreensão aos seus subordinados e representar ao Diretor a aplicação de penalidade que exceda à sua alçada;

h) expedir boletins de merecimento;

i) propor ao Diretor a organização e alterações subseqüentes da esgala de férias dos servidores em exercício na sua Seção ou Serviço;

j) apresentar ao Diretor da Divisão relatório dos trabalhos realizados, em andamento e planejados.

Art. 42 — Ao porteiro incumbem:
 a) velar pelo cumprimento das atribuições da Portaria;

b) determinar as plantões e esgala de serviço e fiscalizar pessoalmente a execução dos trabalhos a cargo do pessoal respectivo;

c) representar ao Secretário quando julgar necessária a aplicação de penalidades;

d) atender com presteza aos pedidos e reclamações das Divisões e serviços, tomando as medidas que couberem, no limite das suas atribuições.

Art. 43 — Aos servidores em geral, com exercício no D.S.P., incumbem executar os trabalhos que lhe forem designados pelos chefes imediatos e observar as prescrições regulamentares.

Art. 44 — É vedado aos funcionários e extranumerários lotados no D.S.P. lecionar em cursos ou escolas que visem ao preparo de candidatos para concursos e provas de habilitação, excetuados os cursos instituídos pelo Governo.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

Art. 45 — O horário normal de trabalho será o estabelecido para o serviço público civil do Estado.

Art. 46 — O Diretor Geral e Diretores de Divisão não ficam sujeitos a ponto.

Art. 47 — Serão substituídos automaticamente, em suas faltas eventuais:
 a) o Diretor Geral, por um Diretor de Divisão por ele designado;

b) os Diretores de Divisão, por um Chefe de Seção, designado pelo Diretor Geral;

c) os Chefes de Seção, do serviço de Comunicações e do Arquivo, e o porteiro, por um funcionário designado pelo Diretor da Divisão e pelo Secretário, conforme o caso.

Parágrafo único — Haverá sempre servidores previamente designados para as substituições de que trata este artigo.

Art. 48 — Cada Seção deverá organizar e manter atualizada uma coleção de leis, regulamentos, portarias, circulares e instruções de serviço que digam respeito às atividades específicas da mesma.

Art. 49 — Mediante instruções de serviço do respectivo Diretor, as Seções poderão desdobrar-se em turmas.

Art. 50 — Revogam-se as disposições em contrário.
 * Reproduzido por incorreções.

EXPEDIENTE DO DIA 4

Paraliba, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 52, da Constituição Estadual, resolve designar o Agente Fiscal classe "E" Pedro Ribeiro de Lima, para exercer a função gratificada de Escrivão de 3ª classe, com exercício na Coletoria Estadual de Planalto para a de Patos.

O Governador do Estado, da Paraliba, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 52, da Constituição Estadual, resolve dispensar o Agente Fiscal classe F, Gabriel Freire da Silva, da função gratificada de Escrivão de 3ª classe, com exercício na Coletoria Estadual de Taxeira.

O Governador do Estado, da Paraliba, usando das atribuições

que lhe confere o inciso III, art. 52, da Constituição Estadual, resolve designar o Agente Fiscal classe "E" Pedro Ribeiro de Lima, para exercer a função gratificada de Escrivão de 3ª classe, com exercício na Coletoria Estadual de Teixeira.

EXPEDIENTE DO DIA 8

O governador do Estado da Paraliba, usando das atribuições que lhe confere o inciso III, art. 52, da Constituição do Estado, resolve nomear o sub-tenente da Polícia Militar do Estado, Manuel Vasconcelos de Sampaio, para exercer o cargo de Delegado de polícia do município de Misericórdia.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPEDIENTE DO DIA 6

Os Funcionários abaixo relacionados, estão convidados a comparecerem ao serviço de contagem e tempo do D.S.P., a fim de receberem suas certidões requeridas.

Aurea de Souza Rodrigues; Osmar Vergara de Mendonça; Lindolfo Bezerra Cavalcanti; José Alves de Lima; Floriano de Oliveira; Delfino Leite; Odete da Silva Vianna; Americo Maia de Carvalho; Severino Rodrigues de Lima; Antonio Dias de Freitas; Severino de Almeida Colômbi; Maria Augusta Ramos de Vasconcelos; Enock da Fonseca Brito; Nancir Almeida Farias; Francisco de Alencar Neves; Irene de Moraes Dantas; Celina Amilton Oliveira; João Mesquita de Oliveira; Maria Carmen Montenegro de Queiroz; Oscar de Moraes Colômbi.

Processo nº 3196/50. — Secretarias das Finanças. — Departamento da Fazenda. — Admissão de extranumerário contratado. — Encaminhado ao Senhor Governador do Estado com parecer deste Departamento, foram autorizadas as seguintes propostas para o exercício de 1950.

João Euclides Leite — Auxiliar de Coletoria — Cr\$ 600,00
 Laureano Firmeza — Auxiliar de Coletoria — Cr\$ 600,00
 Antonio de Souza Nunes — Auxiliar de Coletoria — Cr\$ 600,00

Processo nº 2933/50. — Secretaria das Finanças. — Departamento da Fazenda. — Renovação de contrato. — Encaminhado ao Senhor Governador do Estado

com parecer deste Departamento, foi autorizada a seguinte proposta para exercício de 1950.

João Batista da Nóbrega — Auxiliar de Coletoria — Cr\$ 600,00
 PRAZO: De 1/1/1950 até 31/12/1950
 APROVO: Em 25-8-1950
 AS.) JOSÉ TARGINO

Processo nº 3196/50. — Secretarias das Finanças. — Departamento da Fazenda. — Admissão de extranumerário contratado. — Encaminhado ao Senhor Governador do Estado com parecer deste Departamento, foram autorizadas as seguintes propostas para o exercício de 1950.

João Euclides Leite — Auxiliar de Coletoria — Cr\$ 600,00
 Laureano Firmeza — Auxiliar de Coletoria — Cr\$ 600,00
 Antonio de Souza Nunes — Auxiliar de Coletoria — Cr\$ 600,00

PRAZO: Da data da assinatura do contrato, a 31/12/1950.
 APROVO: Em 30-8-1950
 AS.) JOSÉ TARGINO

Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuarios

EXPEDIENTE DO DIA 5

O Diretor do Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuarios, usando das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

designar o Fiscal rep. VI, sua José Honorio Cordeiro, recentemente admitido neste Departamento, para prestar serviços na Seção de Classificação de Campina Grande.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

EXPEDIENTE DO DIA 8

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o inciso III do Decreto-Lei Estadual 478, de 1º de outubro de 1943, resolve: nomear o cabo

da Polícia Militar do Estado, Severino Pereira de Almeida do cargo de sub-delegado de polícia do distrito de São José do Cordeiros, município de São José do Cariri.

O Secretário do Interior e Se-

quarta Publica, usando da atribuição que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve exonerar o cabo da Polícia Militar do Estado, Indício Moraes Filho, do cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Congo, município de São João do Cariri.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve exonerar o cabo da Polícia Militar do Estado, José Bezerra Leite, do cargo de sub-delegado de polícia do distrito de São João do Cariri, município de São João do Cariri.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve tornar sem efeito o ato de 2 de setembro de 1950, que nomeou o cabo da Polícia Militar do Estado, Augusto Pedro Ventura para o cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Alcantil, município de Cabaceras.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve exonerar o 2.º sargento da Polícia Militar do Estado, José Bandeira de Melo do cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Pitimbu, município de João Pessoa.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve exonerar o 3.º sargento da Polícia Militar do Estado, Antonio Luiz Gomes, do cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Alhandra, município de João Pessoa.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o 3.º sargento da Polícia Militar do Estado, José Pedro da Silva, para o cargo de sub-delegado de polícia do distrito de São José dos Cordeiros, município de São João do Cariri.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o 3.º sargento da Polícia Militar do Estado, José Trigueiro da Nobrega, para exercer o cargo de sub-delegado de polícia do distrito de São João do Cariri, município de São João do Cariri.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o cabo da Polícia Militar do Estado, Elpidio José Vieira, para exercer o cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Congo, município de São João do Cariri.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das

atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o 2.º sargento da Polícia Militar do Estado, Horacio Salustiano da Costa, para exercer o cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Penha, município de João Pessoa.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o 3.º sargento da Polícia Militar do Estado, Antonio Luiz Gomes, para exercer o cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Pitimbu, município de João Pessoa.

O Secretário do Interior e Segurança Pública, usando das atribuições que lhe confere o artigo 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear o cabo da Polícia Militar do Estado, Abel Paulo de Araújo, para exercer o cargo de sub-delegado de polícia do distrito de Olivados, município de Soledade.

Departamento da Polícia Civil

EXPEDIENTE DO DIA 6:

O Chefe de Polícia do Estado no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear Quintino José de Souza, para exercer o cargo de 1.º suplente de sub-delegado de polícia do distrito de VARZEA DE DENTRO, município de Itabiana.

O Chefe de Polícia do Estado no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear Antonio Luiz de Lacerda, para exercer o cargo de 2.º suplente de sub-delegado de polícia do distrito de VARZEA DE DENTRO, município de Itaporanga.

O Chefe de Polícia do Estado no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 7.º do Decreto-Lei Estadual, 478, de 1.º de outubro de 1943, resolve nomear José Luiz de Lacerda, para exercer o cargo de 1.º suplente de sub-delegado de polícia do distrito de VARZEA DE DENTRO, município de Itaporanga.

Instituto Medico Legal

EXPEDIENTE DO DIA 6:

O Diretor despachou as seguintes petições:

Concedendo carteiros de identidade a Pedro Oliveira de Melo Milhon Nobre Fontes, João de Deus Brito, João José dos Santos, Manoel Cassiano Marcos, Luiz Ferreira de Lima, Messias Pessoa da Silva e Maria Odete Nazari.

Receberam suas carteiras de identidade requeridas anteriormente Marcelo de Albuquerque Cordel, Marcelo de Melo, José Sérgio da Silva Juvenal Agostinho, e José Dias Ferreira.

As 3.ª Delegado de Investigação e Capturas foi remetido o laudo de exame pericial proferido no cadáver de Francisco Araújo solicitado por aquela autoridade.

de Oliveira. — Arrolase para abertura de crédito.

N.º 19819, de José de Figueiredo de crédito.

N.º 19820, de Arrolase para abertura de crédito.

N.º 9660, de Abelardo Paulo da Silva. — Igual despacho.

Processos.

N.º 9148, da Divisão de Imprensa Oficial. — Arrolase para abertura de crédito.

N.º 6771, da Prefeitura Municipal de Patos. — Igual despacho.

N.º 5953, de Pedro Leite de Queiroz Igual despacho.

TRIBUNAL DA FAZENDA

EXPEDIENTE DO DIA 6:

Sessão do dia 6 de setembro de 1950.

Presidente: Dr. Normando Guedes Pereira

Secretário: Romeu Pequeno Torres

Compareceram os senhores Romualdo Rolim Diretor Geral do Departamento da Fazenda, José Vieira Diniz Contador do Estado, José Florentino Junior, Assistente Técnico, e o Dr. Francisco de Paula Porto Procurador Fiscal do Estado.

O Expediente contou do seguinte:

Prestações de Contas: — O Tribunal julgou certas: n.º 13015, de Walfrido Duarte da Silva, na quantia de Cr\$ 800,00; n.º 12101, de Manoel Mendes de Oliveira, na quantia de Cr\$ 4.000,00; 12869, de Maria Emilia de Sá Teófilo, na quantia de Cr\$ 199,00; n.º 13190, de José Lopes da Silva, na quantia de Cr\$ 3.000,00; n.º 12194, de João Ceazario da Silva, na quantia de Cr\$ 450,00; n.º 13243, de Damiano Mendes dos Santos, na quantia de Cr\$ 510,00; n.º 13223, de Ma-

nuel Soares da Costa, na quantia de Cr\$ 3.000,00; n.º 13160, de Damiano Mendes dos Santos, na quantia de Cr\$ 2.237,00.

Restituições: — O Tribunal autorizou: n.º 22218, de Estanislau da Costa Leite na quantia de Cr\$ 50,00; n.º 11455, de Vicente Ferreira da Costa Filho, na quantia de Cr\$ 650,00; 11056, de Maria Carmem Braga na quantia de Cr\$ 240,00; n.º 11625, de Manoel Alves Bezerra, na quantia de Cr\$ 750,00; n.º 25592, de Antonio Clementino da Nobrega, na quantia de Cr\$ 1.968,00; n.º 2482, de Semão Fernandes C. Carneia, na quantia de Cr\$ 800,00; n.º 7922, de Marina Augusto, na quantia de Cr\$ 200,00; n.º 21285, de Alfredo José Ataíde, o Tribunal autorizou a restituição reclamada na importância de Cr\$ 640,00, devendo o interessado recolher, imediatamente a importância de Cr\$ 160,00, de Imposto de Transação de Inversão de Capitais.

Fiança: — O Tribunal aceita a fiança representada pela apólice n.º 81087 emitida pelo IPASE, no valor de Cr\$ 20.000,00, proc. n.º 13179, de Romildo da Silva.

Subvenção: — O Tribunal reconheceu o direito: n.º 11556 do Orfanato São José, na quantia de Cr\$ 16.000,00.

Apelação Criminal n.º 1099, de Cruz do Espírito Santo: Relator des. José Floscolo. Apelante o Ministério Público. Apelado Francisco Inácio Tomaz.

Retirado de pauta a requerimento do exmo. des. Relator

Distribuição Independente de Sorteio

Dia 8 de setembro de 1950

Apelação Criminal n.º 1006, da Comarca de João Pessoa; Relator des. Agripino Barros; Apelante o Ministério Público; Apelado José Bezerra de Moura.

Movimento de Autos do Dia 8 de Setembro

Despachos

Aprova de Petição de Habeas-Corpus n.º 1700, de Umbuzeiro; Relator des. Flobardo da Silveira; Arrolante o Juiz; Aggravado José Pedro de Lima.

Apelação Civil n.º 1064, de Soledade; Relator des. Agripino Barros; Apelante Cristiano Paulo de Abreu e outros; Apelados Maria Eugénia Nobrega, por si e como representante de seus filhos menores.

Foram os respectivos autos com vista ao dr. Procurador Geral do Estado.

Apelação Criminal n.º 1000, de João Pessoa; Relator des. Severino Montenegro; Apelante o Ministério Público; Apelado Petronio Tavares da Silva.

Foi com vista ao dr. Sub-Procurador Geral.

Reverso de Decisão da Terceira Câmara n.º 16 (na Representação n.º 67), da Comarca de São João do Cariri; Relator des. Flobardo da Silveira; Recorrente o dr. José Denário de Albuquerque Silva; Reorridos os bels. Alvaro Gaudêncio de Queiroz, Antonio Ovidio de Araújo Pereira e José Gaudêncio de Brito.

Foi com vista ao 3.º Promotor Público, como substituto do Sub-Procurador Geral.

Exceção de Suspeição n.º 55 de Taperobá; Relator des. Severino Montenegro; Expediente Lúzia Amancio e Manuel Aníbal Fernandes; Exceto o dr. Juiz de Direito da mesma Comarca.

Foi com vista ao dr. Sub-Procurador Geral.

Assinatura e Publicação de Acórdãos

Petição de Habeas-Corpus n.º 776, de João Pessoa; Relator des. Presidente; Impetrante e Paciente Antonio Damiano da Silva.

Aggravado de Petição de Habeas-Corpus n.º 1358 de São João do Cariri; Aggravante o Banco do Brasil S.A.; Aggravado Severino Medeiros Ramos.

Idem n.º 1783, de João Pessoa; Relator des. José Floscolo; Aggravante A. C. Pereira Gomes; Aggravado Adelino Honório.

Idem n.º 1787, de Alagoa Grande; Relator des. Severino Montenegro; Aggravantes Joana Filomena de Araújo Lima e seu marido; Aggravados José Dionísio de Oliveira, vulgo "Zuza Bacallau".

Apelação Civil n.º 1926, de Guarabira; Relator des. Agripino Barros; Apelante Angela Batista de Araújo; Apelado Micael Batista de Araújo.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

EDITAL N.º 178

Faço ciente aos interessados que o exmo. des. Presidente designou a primeira sessão da Primeira Câmara para os seguintes julgamentos:

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

do paciente Ademar Alves da Silva.

Deneceu-se a ordem, unanimemente.

Apelação Criminal n.º 1099, de Alagoa Grande; Relator des. José Floscolo; Apelante Ovídio Nobrega Montenegro; Apelado a Justiça Pública.

Deu-se provimento, unanimemente. Immediado o exmo. des. Severino Montenegro.

Apelação Criminal n.º 1987, de Santa Luzia; Relator des. I. Floscolo; Apelante Inácio Santos; Apelada a Justiça Pública.

Negou-se provimento, unanimemente.

Apelação Criminal n.º 1094, de Cruz do Espírito Santo; Relator des. José Floscolo. Apelante o Ministério Público. Apelado Francisco Inácio Tomaz.

Retirado de pauta a requerimento do exmo. des. Relator

Distribuição Independente de Sorteio

Dia 8 de setembro de 1950

Apelação Criminal n.º 1006, da Comarca de João Pessoa; Relator des. Agripino Barros; Apelante o Ministério Público; Apelado José Bezerra de Moura.

Movimento de Autos do Dia 8 de Setembro

Despachos

Aprova de Petição de Habeas-Corpus n.º 1700, de Umbuzeiro; Relator des. Flobardo da Silveira; Arrolante o Juiz; Aggravado José Pedro de Lima.

Apelação Civil n.º 1064, de Soledade; Relator des. Agripino Barros; Apelante Cristiano Paulo de Abreu e outros; Apelados Maria Eugénia Nobrega, por si e como representante de seus filhos menores.

Foram os respectivos autos com vista ao dr. Procurador Geral do Estado.

Apelação Criminal n.º 1000, de João Pessoa; Relator des. Severino Montenegro; Apelante o Ministério Público; Apelado Petronio Tavares da Silva.

Foi com vista ao dr. Sub-Procurador Geral.

Reverso de Decisão da Terceira Câmara n.º 16 (na Representação n.º 67), da Comarca de São João do Cariri; Relator des. Flobardo da Silveira; Recorrente o dr. José Denário de Albuquerque Silva; Reorridos os bels. Alvaro Gaudêncio de Queiroz, Antonio Ovidio de Araújo Pereira e José Gaudêncio de Brito.

Foi com vista ao 3.º Promotor Público, como substituto do Sub-Procurador Geral.

Exceção de Suspeição n.º 55 de Taperobá; Relator des. Severino Montenegro; Expediente Lúzia Amancio e Manuel Aníbal Fernandes; Exceto o dr. Juiz de Direito da mesma Comarca.

Foi com vista ao dr. Sub-Procurador Geral.

Assinatura e Publicação de Acórdãos

Petição de Habeas-Corpus n.º 776, de João Pessoa; Relator des. Presidente; Impetrante e Paciente Antonio Damiano da Silva.

Aggravado de Petição de Habeas-Corpus n.º 1358 de São João do Cariri; Aggravante o Banco do Brasil S.A.; Aggravado Severino Medeiros Ramos.

Idem n.º 1783, de João Pessoa; Relator des. José Floscolo; Aggravante A. C. Pereira Gomes; Aggravado Adelino Honório.

Idem n.º 1787, de Alagoa Grande; Relator des. Severino Montenegro; Aggravantes Joana Filomena de Araújo Lima e seu marido; Aggravados José Dionísio de Oliveira, vulgo "Zuza Bacallau".

Apelação Civil n.º 1926, de Guarabira; Relator des. Agripino Barros; Apelante Angela Batista de Araújo; Apelado Micael Batista de Araújo.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

Acorda a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, rejeitar a preliminar em apreço e, de mérito, negar provimento ao recurso, para confirmar, a sentença recorrida.

100; Relator des. José Floscolo; Aggravante A. C. Pereira Gomes; Aggravado Adelino Honório.

Idem n.º 1787, de Alagoa Grande; Relator des. Severino Montenegro; Aggravantes Joana Filomena de Araújo Lima e seu marido; Aggravados José Dionísio de Oliveira, vulgo "Zuza Bacallau".

Apelação Civil n.º 1926, de Guarabira; Relator des. Agripino Barros; Apelante Angela Batista de Araújo; Apelado Micael Batista de Araújo.

Foram assinados em mesa e publicados na Secretaria os respectivos Acórdãos.

Despachos da Presidência do dia 6 de setembro

Petição de Habeas-Corpus n.º 770; Impetrante e Paciente Cid Peixoto Linhares.

Sejam solicitadas informações ao dr. Chefe de Polícia do Estado.

Recurso em Habeas-Corpus n.º 764; Recorrente Antonio Botto de Meneses em favor de Orlando Minervino de Araújo; Recorrido o Tribunal de Justiça.

Contados selados e preparados, 4 conclusos.

Recurso Extraordinário nos autos de Agravo de Instrumento Civil n.º 1766, de João Pessoa; Recorrente a Equitativa Terrestres Acidentes e Transportes S.A.; Recorrida Ecila Vidal Nobrega de Vasconcelos.

Selados, contados e preparados, 4 conclusos.

Conclusão de Acórdãos

Assinados na Sessão do dia 8 de setembro

Aggravado de Petição Civil n.º 1358, de São João do Cariri; Relator des. Flobardo da Silveira; Aggravante o Banco do Brasil S.A.; Aggravado Severino Medeiros Ramos.

Acorda em Primeira Câmara do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, negar provimento ao Agravo e confirmar a sentença agravada.

Idem n.º 1783, de João Pessoa; Relator des. José Floscolo; Aggravante A. C. Pereira Gomes; Aggravado Adelino Honório.

Acorda ante o excurso a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça, em decisão unânime, não conhecer do recurso.

Recurso Criminal nº 505, de Santa Rita; Relator des. José Flóscolo. Recorrente o Juiz Recorrido Antonio Alves da Silva e Otavio Guero Gomes.

Idem nº 502, de Conceição; Relator des. Agrippino Barros. Recorrente Belisário Mangueira de Sousa; Recorrida a Justiça Pública.

Conflito de Jurisdição nº 216, de Píaco; Relator des. Flodardo da Silveira. Sublicante o Suplente de Juiz de Direito da mesma Comarca; Suscitado o dr. Juiz de Direito da Comarca de Itaporanga.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

108ª Sessão Ordinária, realizada em 8 de setembro de 1950.

Presidente: des. Paulo Bezerril. Secretário: J. Baptista de Mello.

Presenças: os desembargadores J. Flóscolo, Agrippino Barros, os doutores Climaco X. da Cunha, Julio Rique Filho, José Gomes Coelho, Vamberto A. Costa e o procurador regional dr. Renato Lima. PROCESSOS SUBMETIDOS A JULGAMENTO:

Des. J. Flóscolo: Consulta nº 6358, Consultante o juiz eleitoral da 31ª zona. Quanto a primeira parte respondeu-se afirmativamente, e quanto a segunda resolveu-se encaminhar a consulta ao Eg. T. Sup. Eleitoral, por unanimidade de votos.

Des. Agrippino Barros: Idem nº 6359, Consultante o Delegado do P.S.D., da 14ª zona. Rejeitada, por desempate, a preliminar de se não reconhecer da consulta de mérito, respondeu-se negativamente, contra os votos dos des. Climaco X. da Cunha e Julio Rique.

Pedido de Registro de Direções Municipal de Partido, nº 74. Recorrente a União Democrática Nacional, seção da Paraíba. — Deferiu-se o pedido, unanimemente.

Cancelamento de inscrição nºs 6280, 6292, 6298, 6305, 6311, 6317. — Mandou-se cancelar.

Dr. Julio Rique: Pedido de Registro de Direção Municipal de Partido nº 74. Recorrente a União Democrática Nacional, seção da Paraíba. — Rejeitada a preliminar de se converter o julgamento em diligência contra os votos do dr. José Coelho e des. Agrippino Barros, de mérito, deferiu-se o pedido unanimemente.

Consulta nº 6356, Consultante o juiz eleitoral da 10ª zona. — Quanto as duas primeiras partes resolveu-se encaminhar-se a consulta ao Eg. T. Eleitoral, e quanto a última respondeu-se afirmativamente.

Dr. José Gomes Coelho: Cancelamento de inscrições nºs 6293, 6280, 6301, 6308. — Mandou-se cancelar.

PROCESSOS DISTRIBUIDOS EM 8.9.1950

Des. J. Flóscolo: Pedido de reg. do candidato nº 7. Recorrente o P.S.B. — Eleições para Governador, vice-governador, senador e suplente de senador.

Des. Agrippino Barros: Idem nº 8. Recorrente a U.D.N. — Eleições para Deputados Estaduais.

Idem de reg. do diretório municipal nº 80. Recorrente o Delegado do P.T.B.

Des. Climaco Xavier da Cunha: Pedido de registro de candidatos nº 9. Recorrente a U.

Agravo de Petição Cível nº 1781, de João Pessoa: Relator des. José Flóscolo. Agravante o Curador de Acidentes, por Luiz Genzaga de Carvalho. Agravado a Equitativa Terrestre, Acidentes e Transportes S.A.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço publicar o presente Edital.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em João Pessoa 8 de setembro de 1950.

João da Veiga Cabral — Secretário.

D.N. e o P.R. Eleições para Deputados Federais.

Idem de reg. do diretório municipal de partido político nº 81. Recorrente o Partido Libertador, seção da Paraíba. Consulta nº 6350. Consultante o Delegado do P.S.D., da 9ª zona.

Des. J. Flóscolo: Pedido de registro de candidato nº 10. Recorrente o P.T.B., seção da Paraíba. Eleições para Deputados Estaduais.

Pedido de reg. do diretório municipal de partido político nº 89. Recorrente o Presidente do Part. Libertador.

Des. José Coelho: Pedido de reg. de candidato nº 11. Recorrente o Partido Republicano. Eleições para Deputados Estaduais.

Idem nº 5. Recorrente o P.R. Popular. Eleições para Deputados Estaduais.

Des. Vamberto Costa: Idem nº 12. Recorrente o P.S. Progressista. Eleições para Deputado Estadual.

Des. J. Flóscolo: Pedido de registro de Direção Est. de partido nº 79. Recorrente o Partido Trabalhista Brasileiro.

Des. Vamberto Costa: Pedido de registro de candidato nº 6. Recorrente a Coligação Democrática Parahibana. Eleições para Governador do Estado e Vice-governador, Senador, Suplente de Senador, Deputados Federais e Estaduais.

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE

Petição nº 6 — Valdiria Gonçalves de Medeiros — Despacho: "A requerente foi classificada em 3º lugar em concurso realizado para preenchimento de duas vagas de classe inicial da carreira de secretário, no Quadro da Secretaria deste Tribunal. Fez a nomeação do candidato que obteve a primeira classificação, pretendendo agora a petição seja tomada providência sobre o provimento da outra vaga restante. Sua pretensão não pode ser atendida."

A petição, dada a classificação que logrou (5º lugar), não é a candidata indicada por lei para a nomeação que se há de fazer, porquanto o critério a tal respeito adotado é o da ordem da classificação (Instruções do Concurso, art. 18), e sendo assim não lhe assiste o direito de reclamação.

João Pessoa, 8 de setembro de 1950. — PAULO BEZERRIL.

REGISTRO DE CANDIDATOS

DATOS Para os fins previstos no artigo 8º da Resolução nº 5-51, de 26 de julho de 1950, a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral torna público que os partidos União Democrática Nacional e Republicano, seção deste Estado, requereram

separadamente, o registro dos des. Agrippino Barros, Renato Ribeiro Coutinho, como candidatos, respectivamente, a Governador e Vice-Governador do Estado, nas eleições de 3 de outubro do corrente ano.

xxx Para os fins previstos no artigo 8º da Resolução nº 5-51, a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral torna público que a União Democrática Nacional, seção deste Estado, requereu o registro dos des. José Pereira Lira e João Maurício de Medeiros, como candidatos respectivamente, a Senador e suplente de Senador, nas eleições de 3 de outubro do corrente ano.

RECURSOS DA 2ª ZONA A SEREM JULGADOS EM SESSÃO DO DIA 12:

(às 10 horas)

Des. J. Flóscolo: Recurso de decisão de juiz eleitoral nº 306. Recorrente o Partido Social Democrático. Recorrida: a União Democrática Nacional.

Idem nº 312, 318, 372, 378, 384.

Des. Agrippino Barros: Recurso de decisão de juiz eleitoral nº 301. Recorrente: José Elias de Oliveira. Recorrido: o dr. Juiz eleitoral da 2ª zona.

Idem nº 313. Recorrente o Partido Social Democrático. Recorrida: a União Democrática Nacional. Idem nºs 319, 361, 379, 385.

Des. Climaco X. da Cunha: Idem nº 308, 314, 320, 326, 332, 338, 344, 350, 362, 368, 374, 380.

Des. José Gomes Coelho: Idem nº 304, 310, 316, 322, 328, 334, 340, 346, 352, 358, 364, 370, 382.

Des. Vamberto A. Costa: Idem nº 335, 341, 347, 353, 359, 365, 371.

DECISÃO Nº 7564

Requisição de força federal ou estadual para estacionar na 3ª zona desde (29.8.50) até a realização do pleito.

Vistos, etc.

O dr. Juiz eleitoral da 3ª zona outorga ao advogado dr. Osias Gomes plenos poderes para requerer mandado de segurança e "requerer no Egrégio Tribunal Regional Eleitoral deste mesmo Estado e Circunscrição da Paraíba, medidas e providências de garantias para ele outorgante na qualidade de juiz eleitoral, e que devam ser efetivadas por meio de requisição de força estadual e federal". Na petição de fls. 2 e 3 o advogado se limita a solicitar e requisitar força federal ao mesmo estadual de confiança para estacionar no município até a realização do pleito, como condição de permanência de seu constituinte à frente da zona eleitoral em que é juiz. Instruem a petição o instrumento de procuração e uma certidão que serve de prova de desrespeito por parte do subtenente Massilon Pinheiro de Campos e uma ordem do juiz sobre escuta para condução de presos por motivos alheios a questões eleitorais. Como se vê, há na procuração verdadeira delegação de atribuições específicas da qualidade de juiz. Não pode ser admitido o pedido como ele mandado de segurança, porquanto não houve coação nem por consequência autoridade coatora, nem direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*; houve desrespeito ou destinação a uma ordem do juiz em fato de justiça comum. Considerando tudo isso, decide o Tribunal por

maioria não tomar conhecimento do pedido.

João Pessoa, 4 de setembro de 1950.

Paulo Bezerril, presidente. José Gomes Coelho, relator. Vamberto A. Costa, J. Flóscolo, Agrippino Barros, Climaco Xavier da Cunha, vencido. Recbo o pedido como mandado de segurança e mandado processual para oportuno julgamento. Ao juiz era dado, data *venia*, solicitar garantias diretamente ou por intermédio de advogado desde que este seja devidamente credenciado. Posto que a judicatura quanto ao *habeas corpus*, seja da Justiça ordinária, o juiz impreterante de garantias por seu advogado, expõe fatos de natureza eleitoral, que lhe competem conhecer e sobre ele não sofrer oação, chegando ao ponto de se referir a insegurança de votos no próximo pleito de 3 de outubro. Daí a razão de conhecer do pedido e considerá-lo da competência da Justiça Eleitoral.

Julio Rique. Fui presente — Renato Lima.

DECISÃO Nº 7569

Visto o requerimento de fls. em que o Presidente do P.S.D. pede o registro da alteração verificada no Direção Municipal de Conceição.

Acorda o T. R. deferir, na forma da lei.

João Pessoa, 4 de setembro de 1950.

Paulo Bezerril, presidente. J. Flóscolo, relator, Agrippino Barros, Climaco Xavier da Cunha, Julio Rique, José Gomes Coelho, Vamberto A. Costa. Fui presente — Renato Lima.

xxx

O T.R.E., em sessão de 5 do corrente, determinou que fosse excluído no Diretório Municipal do P.S.D., em Conceição, o sr. Manuel Furtado de Lacerda, tendo em vista a solicitação do aludido partido.

DECISÃO Nº 7570

Ementa: — Deferiu-se o pedido de registro de alteração de um Diretório Municipal do Partido Político, quando regularmente formulado e informado.

Vistos, etc.

A União Democrática Nacional, pelo Presidente de seu Diretório Estadual, nesta Circunscrição, pede a fls. 2 que seja registrada neste Tribunal, a alteração por que passou seu Diretório Municipal de Alagôa Grande. Exposto em mesa esse pedido, sobre o qual opinou o Exmo. Procurador, resolve o mesmo Tribunal, pelo voto unânime de seus membros, mandar proceder o registro.

Publicado, registre-se.

J. Pessoa, 5 de set. de 1950.

Paulo Bezerril, presidente. Climaco Xavier da Cunha, relator. Julio Rique, José Gomes Coelho, Vamberto A. Costa, J. Flóscolo, Agrippino Barros. Fui presente: Renato Lima.

xxx

O T.R.E., em sessão de 5 do corrente, deferindo o pedido do Diretório Estadual da U.D.N., de 31 de agosto último, determinou a exclusão do Diretório municipal do aludido partido, em Alagôa Grande, do sr. Morise de Miranda Gusmão.

DECISÃO Nº 7571

Ementa: — Deferiu-se o pedido de registro de renúncia de membros de Diretório Estadual de um Partido Político, quando provada a mesma renúncia.

Vistos, etc.

O Presidente da Comissão Executiva do Partido Traba-

lhistas Brasileiro, na seção deste Estado, requer a fls. 2 que seja registrada neste Tribunal Regional, a renúncia dos des. Antonio Pereira de Almeida e Jader dos Santos Lima, dos cargos de 1º e 2º vice-presidente da Comissão Executiva estadual do aludido partido.

DECISÃO Nº 7576

O prazo para a reclamação contra a nomeação da mesa receptora é o previsto no art. 70 do Código Eleitoral.

Vistos, etc.

Consulta o delegado do P.S.D. na 14ª zona qual o prazo fixado para impugnação dos atos de constituição das mesas receptoras perante o juiz eleitoral.

Acorda o Tribunal Regional Eleitoral responder que é o previsto no art. 70 do Código Eleitoral.

João Pessoa, 6 de setembro de 1950.

Paulo Bezerril, presidente. Vamberto A. Costa, relator. J. Flóscolo, Agrippino Barros, Climaco Xavier da Cunha, Julio Rique, José Gomes Coelho. Fui presente — Renato Lima.

xxx

Por decisão do T.R.E., de 5 do corrente, determinou a alteração no Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, na parte referente

JUSTIÇA DO TRABALHO

Junta de Conciliação e Julgamento

Audiência da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa no dia 8 de setembro de 1950.

Reclamação JCI — 54250 procedente do município da Capital.

Reclamante — Antonio Barbosa dos Santos. Reclamado — Arnaldo Santos. Objeto — Suspensão injusta: Solução — Adiado o julgamento para o dia 26.9.50.

No próximo dia 11 serão julgadas as seguintes reclamações: 14 horas — Reclamante — Miguel Bezerra. Reclamado — Tipografia Chaves.

14-10 — Reclamante — Ligia Alves de Araújo. Reclamado — Casa Rubi.

NOTAS DO FORO

PROCLAMAS DE CASAMENTO

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, no Palácio da Justiça, desta Cidade, correm proclamas dos contrantes seguintes:

Vicente Francisco de Farias, artista, maior, natural do Estado de Pernambuco e Maria das Neves Lima, menor, natural deste Estado, solteiros, domiciliados e residentes nessa Capital, às ruas Cícero Moura, 391 e Marcos Barbosa, 181.

José Camilo de Costa, agricultor e Maria Paz de Melo, solteiros, menores, naturais deste Estado, domiciliados e residentes no distrito da Vila do Conde, desta Comarca.

Francisco Damasio, artista e Raquel Moutinho de Souza, funcionária pública estadual, solteiros, maiores, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital, à Rua Porfírio Costa, 47.

Inácio de Souza, funcionário autárquico, domiciliado e residente na Cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, para onde

foram deprecados proclamas e Severina Sodré Santiago, do município e residente nesta Capital, à rua São Paulo, 737, solteiros, maiores, naturais deste Estado.

Adonis Silva, comerciante, maior e Valdeir Alves Pires, menor, solteiros, naturais desta Capital, onde são domiciliados e residentes, às ruas dos Bandeirantes, 452 e da Saudade, 331.

COM PROCLAMAS JA PUBLICADOS:

Arlinton Ferreira da Silva e Iris Laurentino dos Santos, Artur Celestino de Oliveira e Maria Augusta Soares, Antonio Raimundo da Silva e Josefa Batista da Silva, Idalino Francisco Xavier e Estelita Henrique da Silva, Ademir de Almeida Falcão e Josefa Barbosa da Silva, dr. Vicente de Alencar Luna e Margarida Ferreira Luna, José Antonio do Nascimento e Maria dos Santos Nascimento, José Humberto Gerbasi e Maria Aleyro de Carvalho, José Inácio Pereira e Ivete Angelo da Cunha, José Teotônio de Paula e Clotilde Pereira de Assis.

REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS ELETRICOS

AVISO AOS CONSUMIDORES

Esta Repartição avisa que todas as contas de consumo de energia devem ser pagas até o dia 15 do mês seguinte ao vencido.

As contas não pagas até essa data, serão acrescidas da multa de 10% e recebíveis até o dia 20.

A partir do dia 24, independente de novo aviso, serão iniciadas as diligências por falta de pagamento dos débitos não liquidados na forma acima estabelecida. Para religação pagará o consumidor as contas vencidas e a taxa de ligação, e mais o complemento de caução, se o depósito existente for insuficiente para cobrir sessenta dias de consumo.

A fim de facilitar aos srs. consumidores o pagamento de suas contas, a Seção de Recebimento de Taxas dará dois expedientes no período de 10 a 15 de cada mês, com o horário seguinte:

1ª — Das 8 às 11 horas
2ª — Das 13 às 16 horas.

A DIRETORIA.

DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO

SESSÃO DO DIA 8 DE SETEMBRO DE 1950.

A hora do regimento, o sr. R. hora do regimento, o sr. Bernardino Soares assume a presidência e verificando a ausência de número legal para abertura da sessão, comunica o fato aos deputados presentes e convoca outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

COMPARECIMENTO:

Estiveram em plenário os seguintes parlamentares: Flávio Ribeiro, Hildebrando Assis, João Leles, Pedro Gondim e Praxedes Pitanga.

Não houve expediente.

ORDEM DO DIA

(11 de setembro de 1950).
Discussão única e votação do Requerimento n. 112 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 113 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 114 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 115 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 118 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 120 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 122 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 123 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 124 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 126 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 128 (1950).

Discussão única e votação do Requerimento n. 129 (1950).

3.ª Discussão do Projeto de Lei n. 157 (1949).

Assunto: — Reverte aos Quadros da Polícia Militar do Estado os oficiais transferidos para a reserva, na forma da legislação anteriormente em vigor.

3.ª Discussão do Projeto de Lei n. 88 (1950).

Assunto: — Concede isenção de impostos de Vendas e Consignações a Henrique Rodrigues de Lima.

2.ª Discussão do Projeto de Lei n. 293 (1948).

Assunto: — Concede subvenção ao Banco de Leite Humano, desta Capital.

2.ª Discussão do Projeto de Lei n. 68 (1950).

1.ª Discussão do Projeto de Lei n. 151 (1950).

Assunto: — Conta tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

1.ª Discussão do Projeto de Lei n. 61 (1950).

Assunto: — Isenta dos impostos estaduais a Refinaria de Oleos Vegetais S/A, de Campina Grande.

Discussão única e votação do Projeto n. 120 à Petição n. 15048, de Antonia Accioly Luna Fonseca.

Assunto: — Solicita pensão.

Discussão única e votação do Projeto n. 118 ao Veto Governamental oposto ao Projeto de Lei n. 12 (1949).

Assunto: — Estende a outros funcionários os favores da Lei n. 224, de 23 de novembro de 1948.

A VENDA DO PEIXE NA CIDADE
A VISO

Quasi todo peixe distribuído ao consumo público nesta cidade, procede dos FRIGORÍFICOS RENNEN. Este peixe é tratado industrialmente de modo que, vinte minutos depois de pescado, é submetido à baixa temperatura que o endurece, assegurando-lhe as qualidades de sabor, nutrição e aspecto.

O consumidor deve de preferência fazer suas aquisições nos entrepostos de venda e ficar advertido de que, qualquer pescado, seja ou não de nossas praças, sendo conservado apenas no gelo — como viciosamente costumam fazer certos vendedores — e não estando devidamente "FRIGORIFICADO" sob temperaturas baixas, fica alterado ou "moído". O consumidor deve reclamar nos entrepostos o pescado ainda em estado de dureza ficando assim ao abrigo de prejuízos.

Em todas as capitais do mundo, é esta a forma pela qual se fazem o abastecimento do pescado. Nesta cidade são distribuidores os Armazéns Frigoríficos da Paraíba, à Rua Santo Elias 277.

O pescado fresco frigorificado já é consumido pelas Casas de Saúde S. Vicente de Paula, Frei Martinho, Hospital São Cristóvam, e pelas crianças do Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

EDITAL de citação — com o prazo de 40 dias. O Dr. Cláudio Xavier da Cunha, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca da Capital, por virtude da Lei n. 157 (1949), — FAÇO saber a todos que o presente edital de citação com o prazo de 40 dias viram e dele notícia tiver, que por parte de Inácio Nogueira de Carvalho, brasileiro, casado, investidor auxiliar, residente nesta capital, por intermédio do sr. assistente judiciário — dr. Luiz de Oliveira Lima, me foi dirigida a pedido do teor seguinte: "Exa. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca da Capital. Diz Inácio Nogueira de Carvalho, brasileiro, casado, investigador auxiliar, residente nesta capital, por intermédio do sr. assistente judiciário, infra-assinado, com escritório à rua Maíel Pinheiro, 74, andar, desta Capital, vem requerer a v. ex.ª a citação de sua mulher Ezequiel Beerra de Carvalho, brasileira, de prendas domésticas, residente em Cruz das Armas, desta cidade, para constatar os termos da qual se propõe provar o seguinte: 1 — que a A. casou-se com a Ré no dia 8 de Maio de 1948, sob o regime da comunhão de bens (v. certidão junta); 2 — que desse casamento não houve filhos, nem existem, bens de qualquer natureza; 3 — que os cônjuges passaram somente cerca de três meses juntos, estando separados de fato desde então, não havendo necessidade de decretação de separação de corpos; 4 — que o motivo dessa separação foi a A. a ciência de que a Ré procedia mal antes do casamento, não lhe sendo fiel na constância deste, aproveitando-se da ausência da A. para trair-lo tendo tido relações sexuais com vários homens, entre os quais com José Simões, conhecido por "Liberal" com Francisco de Tal, conhecido por "Chico da Portela" e muitos outros homens; 5 — que a A. requereu anulação de casamento (v. certidão junta), dando título sentença desfavorável, e daí se vale para a presente ação de desquite fundada no art. 317, inciso II, do Cód. Civil, afim de ser decretado o desquite, condenada a Ré a não usar o seu nome, custas e demais pronúncias legais devendo ser a sentença comunicada ao escrivão competente para as anotações necessárias. Desde já e para os fins do art. 6.º da Lei federal n. 908, o suplicante declara, que tendo sido traído, não aceita, nem quer e qualquer solução amigável, pedindo para que determine a citação da Ré para se defender no processo litigioso. Pedese: 1 — citação da Ré e do representante do Ministério Público competente; 2 — o depoimento pessoal da Ré; 3 — a renúncia de confissão; 4 — o desmentio das testemunhas, cujo rol será apresentado com oportunidade; Protesta-se por todos os meios de provas admitidas em direito, no

chuve precatórias inquisitórias, juntada de documentos, etc. — Para os efeitos legais dasse-lhe o valor de Cr\$ 2.500,00. Nesses termos, J. a esta uma nomeação de assistência judiciária, sendo de custas e de que, ofereceu uma ação de anulação de casamento, João Pessoa, em 25 de Abril de 1950. Luiz de Oliveira Lima — Ass. Juiz de Oliveira Lima — Ass. Juiz. Expedito o comprovante mandado para citação da Ré e não sendo a mesma encontrada, conforme certidão, o Oficial cirurgião, dessa diligência, me vieram os autos conclusos e profiro nos mesmos o seguinte despacho: — "Espeça-se edital de citação à requerida com o prazo de 40 dias, observado as prescrições do art. 178 do Cód. do Proc. Civil, com ciência do Repte. ao J. Público. J. Pessoa 21/9/50. Cláudio Xavier da Cunha". Do que para constar mandei expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa aos 24 de Julho de 1950. Eu, Jonas Gama de Melo, escrivão autorizado a expedir datilografar — Cláudio Xavier da Cunha.

EDITAL

De ordem do Diretor Geral deste Departamento, faço público o resultado final do concurso de títulos para provimento em cargos da classe inicial da 2.ª Vara de Agrônomo do Quadro Único do Estado, por ordem de inscrição:

1.º — Felipe Pagão Costa — 99 pontos 2.º — José Antonio Martins da Silva — 85 3.º — Francisco Xavier Sabrinho — 80 4.º — Joaquim Moreira de Melo — 79 5.º — Zénon Simões — 78 6.º — Antônio Lenus Main — 66 7.º — Moisés Guimarães — 65 8.º — José Belarmino — 65 9.º — Hélio Carlos Lima — 60 10.º — Luiz Carlos Lyrio Netto — 59 11.º — José Correia de Vasconcelos — 50 12.º — Afonso Dantas de Oliveira — 48 13.º — Lauro de Almeida — 45

D.S.F., em 29 de Agosto de 1950.

Maria Antonieta Macedo — Secretária.

VISTO: (José Florentino Junior) — Diretor Geral.

JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE — EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS. O Dr. Pedro Damiano Peregrino de Albuquerque, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Campina Grande, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.,

FAÇO saber a todos que o presente edital vem, dele notícia tiverem e a quem interessar possa, que aos autos da ação de execução de penhor movida pelo

Banco do Brasil S/A; Agência desta Cidade, contra ANTONIO MELQUIADES DE BARROS, Juiz junta a petição do Repte. seguinte: "Exm. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande (1.ª Vara). — O Banco do Brasil S/A, com sede no Rio de Janeiro, à rua 1.ª de Março, n.º 66, por sua Agência desta cidade e procurador abaixo assinado, nos autos da execução de penhor que moveu contra ANTONIO MELQUIADES DE BARROS, brasileiro, casado, criador e agricultor, estando atualmente em lugar ignorado, como faz certo a certidão de fls. 41, v. do oficial de Justiça Regional de São Magalhães, expõe a V. Excia. o seguinte: — 1. Quando foi intentada a execução, o executado era devedor ao executante da quantia de Cr\$ 107.810,00 (cento e sete mil oitocentos e onze cruzeiros), correspondente ao principal, juros e comissões respectivas: 2.º — Acontece, porém, que a execução resultou improficua, de vez que o executante não satisfaz o pagamento e nem foi sequestrado nenhum animal do penhor, por não ter sido encontrado — 3. Assim sendo, o executado continua a dever ao executante a quantia dobrada na execução, agora acrescida da multa contratual de dez (10%) por cento, no valor de Cr\$ 107.810,00 (dez mil setecentos e onze cruzeiros) e dez (10%) por cento, perfazendo o total de Cr\$ 118.592,10 (cento e dezoito mil quinhentos e noventa e dois cruzeiros e dez centavos). 4. Para compelir ao pagamento da dívida, dispõe o autor da ação executiva, nos termos dos arts. 27 e 28, § 2, da Lei 492, de 30.8.37, e demais disposições aplicáveis à espécie (Cód. de Proc. Civil, art. 298C — VIII). 5. A prova documental da dívida (contrato, demonstrativo da conta, sentença, etc.) encontra-se nos autos da execução. 6. Ante o exposto, requer o autor seja citado o devedor por edital, para, em vinte e quatro (24) horas pagar a importância mencionada no item 3, a acrescida de juros à razão de 8% a as custas e despesas judiciais, sob pena de penhora em bens de sua propriedade quantos bastem para satisfação do débito, valendo a citação para todos os atos e termos da presente ação, até final, intimando-se a mulher do executado, se a penhora recair sobre bens imóveis 7. Protesta-se por todos os meios de prova compatíveis com a natureza desta processo, especialmente de depoimento pessoal, que fica logo requerido, inquirição de testemunhas e exame de letra e escrita. Termos em que, já tendo sido paga nos autos da execução a quantia judicial, P. deferimento Campina Grande, 22 de Agosto de 1950. (a) Luiz Pereira Dória Adv. — Em virtude do que mandei expedir o presente edital, com o prazo de vinte dias, pelo meio do qual cito o executado Antonio Melquades de Barros, brasileiro, casado, criador e agricultor, atualmente em lugar ignorado, para, em vinte e quatro horas, pagar a importância mencionada no item 3 da petição aqui transcrita, acrescida de juros à razão de 8% a as custas e despesas judiciais, sob pena de penhora em bens de sua propriedade, quantos bastem para satisfação do débito, valendo a citação para todos os atos e termos da ação, até final. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente edital, que será afixado no local do costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, aos trinta dias do mês de Agosto de 1950. Eu, Sebastião Barbosa de Sousa, Escrivão do datilografar e assinado (a) Sebastião Barbosa de

COMARCA DE ANTEIOR NAVARRO PRIMEIRO CARTORIO — EDITAL DE PRAÇA — O DR. FRANCISCO VAZ CARNEIRO, Juiz de Direito da Comarca de Antenor Navarro, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

Faço saber a todos quantos vierem o presente edital, com o prazo de vinte (20) dias, dele notícia tiverem ou interessar possa, que o porteiro dos auditórios deste Juízo ou quem suas vezes fizer, levará a público pregão de venda e arrematação a quem mais der e maior lance oferecer, sob o preço da avaliação, os bens abaixo descritos, penhorados a José Emílio Pinho, na ação executiva, ou seja na ação ordinária de indenização que lhe move neste Juízo Francisco Xavier, cuja arrematação se realizará no dia vinte e dois (22) de setembro vindouro, pelas quatorze (14) horas, na sala das audiências, a saber: — Uma parte de terra medindo cem (100) tarefas no sítio "Serrote", desta Comarca, limitada ao nascente com Ezequiel Pereira, ao poente com o executado José Emílio Pinho, ao norte com José Antonio da Silva (José Bode) e ao sul com os herdeiros de Cezário Estrela Dantas, com duas (2) casas de tijolo e telha e uma (1) casa de tijolo e telha, cercada, sendo terreno em mata e parte com raiz de algodão, avaliada englobadamente por cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00). E, para que chegue a notícia ao conhecimento de todos, se passou o presente edital, que vai afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Antenor Navarro, aos doze de agosto de 1950. Eu, Raimundo Gomes Pereira, escrivão comprometido, o datilografar e subscrito. O Escrivão — Raimundo Gomes Pereira, (a) Francisco Vaz Carneiro — Juiz de Direito. — Está conforme com o original, dou fé. Data supra. O Escrivão Comprometido: Raimundo Gomes Pereira.

COMARCA DE ALGODÃO NOVA — Edital de venda em hasta pública. O Doutor Luperon da Silva Valença, Juiz de Direito da Comarca de Algodão Nova, do Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

FAÇO saber aos que o presente edital vierem, ou dele notícia tiverem e interessar possa, que no dia vinte e um (21) do próximo mês de setembro às quatorze (14) horas, à porta do edifício dos Forais desta cidade, o porteiro dos auditórios, trará a público pregão de venda e arrematação a quem mais der e maior lance oferecer acima da avaliação, a casa número dois (2) sita à rua Juazeiro Távora, desta cidade, de tijolo e telha, em chão próprio, com duas janelas e uma porta de frente, uma sala de frente, quatro quartos, corredor, sala de refeição e cozinha, com um quarto para depósito, no valor de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) imóvel este pertencente ao espólio da inventariante, D. Francisca Ferreira das Neves, separado para pagamento de taxas e custas referentes ao arrolamento da dita inventariante. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei expedir o presente edital, que será afixado no local do costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Algodão Nova, aos trinta e um (31) dias do mês de Agosto de 1950. Eu, Sebastião Barbosa de Sousa, Escrivão do datilografar e assinado (a) Sebastião Barbosa de

EDITAIS E AVISOS

COMARCA DE PILAR

COPIA: — Edital de 1.ª praça de venda e arrematação. O Doutor Mário Moura Rezende, Juiz de Direito da comarca de Pilar, do Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc., — FAÇO saber aos que o presente edital de praça com o prazo de vinte (20) dias viram que, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Setembro corrente, às 10 horas, à porta do FORUM, desta Cidade, o porteiro dos auditórios, ou quem suas vezes fizer, trará a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance oferecer, além da respectiva avaliação, uma parte de terra equivalente a cem (100) hectares, encravada na propriedade "COLTEIROS", neste Município, do total pertencente ao espólio deixado por falecimento de dona AQUILINA MARIA NOGUEIRA e avaliada por Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros), separada para pagamento de taxas de herança e judiciária, selos, custas do Juízo e demais despesas efetuadas pelo inventariante com imposto atrasados do referido espólio. E, para que chegue a notícia de todos, mandei expedir o presente, que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Pilar aos 2 dias do mês de Setembro do ano de 1950. Eu Eloi Emílio de Paiva, Escrivão do Escriv. (a) Mário Moura Rezende, Juiz de Direito. Contorno original. Data supra. — O Escrivão: — Eloi Emílio de Paiva.

EDITAL de praça com o prazo de 20 dias, para venda em arrematação de imóvel penhorado

a PEDRO FRANCISCANO DO AMARAL, nos autos da ação executiva que lhe move a Sra. Brasileira de Superintendência de Embarques e Descargas Ltda. O dr. João Batista de Souza, Juiz de direito da 3.ª vara, da comarca de João Pessoa, em virtude da lei, etc., — FAZ saber aos quanto o presente edital viram, dele conhecimento tiverem ou interessar possa que, no próximo dia 14 de Setembro, às 14 horas, na sala das audiências deste Juízo, no Palácio da Justiça, à praça João Pessoa, o porteiro dos auditórios ou quem suas vezes fizer, levará a público pregão de venda em arrematação, a quem mais der e maior lance oferecer, o seguinte bem: Um terreno medindo 5m,00 de frente, por 28m,00 de fundos, limitando-se de um lado com a casa de propriedade do executado e do outro, com Antonio Sorrentino situado à Avenida Circular do Parque Solon de Lucena, avaliada em Cr\$ 14.000,00. E quem o dito bem quiser arrematar, deverá comparecer no lugar, dia e hora acima mencionada, sendo ele entregue na forma acima, após pago, no ato, o preço e as custas legais, podendo, entretanto, dar fiança idônea por três dias. O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado pela imprensa, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 9 dias do mês de Agosto de 1950. Eu, Eneas Chacon Costa, Escrivão, (a) João Batista de Souza, Confirmação com o original, dou fé. Data supra. O Escrivão: — Eneas Chacon Costa.

PORTAS DE ENROLAR DE TIRAS METÁLICAS

Portas de grade de enrolar, indicado para açougueiros, vitrines, etc. — Portas de enrolar, de alumínio — Quaisquer tipos de portas

Representante neste Estado

LUÍZ LIMEIRA

Praça Gal. João Neiva, 3 — Telefone, 1658
— Telegrama: LUTONIO

Souza, Lacerda da Silva, Valencio. Está conforme com o original: dou fe. Data supra. O Escrivão Sebastião Barbosa, de Souza.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 60 DIAS. O Doutor Abdias da Silva Campos Juiz de Direito da Comarca de Baneiras, do Estado da Paraíba do Norte, em virtude da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital, com o prazo de sessenta (60) dias virem ou dele notícia tiverem e interessar possa, que, estando a se proceder por este Juízo, e cartório do segundo ofício do escrivão, que este subscrito creve, a arrematação dos bens dos autênticos MANOEL CLEMENTINO ZAU e ANTONIO ZAU, e tendo sido arrematados os bens aos mesmos pertencentes situados no lugar denominado «POÇO-ESCURO», deste Município, pelo presente e, nos termos do artigo 591 do Código de Processo Civil, cito e chamo os sucessores e herdeiros dos mesmos autênticos, para o prazo acima referido, a comparecerem ao respectivo processo e, não o fazendo no aludido prazo, não serem atendidos no feito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou passar este que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Baneiras, aos dezito de Agosto de mil novecentos e cinquenta. Eu, Hermes Maia de Carvalho, escrivão, o datilografei, e subscrevo e assino. Hermes Maia de Carvalho, (Ass.) Abdias da Silva Campos, Juiz de Direito. Dou fe. Data supra. Eu, Hermes Maia de Carvalho, escrivão, o datilografei, e subscrevo e assino. Hermes Maia de Carvalho, escrivão.

Juiz Eleitoral da 1.ª Zona "A"

De ordem do Excm. Juiz Eleitoral desta 1.ª Zona "A", do João Batista de Souza, torno público que ainda estão sendo sorteados títulos de eleitores residentes nesta zona, em cumprimento de decisão anterior do E. grégio Tribunal Regional Eleitoral, deste Estado, e, que foram inscritos eleitores os requerentes: Aida Araújo de Figueiredo, Doracy da Silva, Dionísia Firmão de Lima, Ruy Carlos Mattos, Daniel Ferraz de Alencar, Miguel Paiva da Silva, dos processos números 4446, 4897, 4477, 4968, 4867 e 5567, até de qualificação ex-ofício e os demais já inscritos desde o mês de Julho findo, e que foram publicados com omissões de nomes e nomes truncados e que foram requeridas segundas vias de títulos dos eleitores Napoleão Félix de Quadros, José Camilo da Silva, Salatiel

Leite dos Santos, Manoel Venâncio da Silva, João Fernandes Carneiro, Afra Nazaré de Santana, bem como inscrito eleitor Da Roberto Galdas Tavares, processo n. 5263, de 3/8/1950 e não Rosa Francisca da Conceição, Maria do Carmo Silva, processo 4686, de 31/7/1950 e não Joaquim Dantas de Barros, com títulos n. 10.576, segunda via requerida por Juvina Alves da Costa, e que foram substituídos títulos de eleitores residentes nesta 1.ª Zona "A", (Território da zona Sul da Capital), além dos expedidos aos novos eleitores inscritos e transferidos seguintes: (10814) — Inaura Correia de Farias, Antonio Soares Veloso, Domício Bezerra da Silva, Antonio Francisco de Almeida, Afra Nazaré de Santana, José Luiz Galdino, Daniel Ferreira de Alencar, Joaquim José dos Prazeres, Maria de Lourdes Medeiros, Maria José de Oliveira, Abigail Soares da Silva, Severina do Ramo, Severina Aguiar da Silva, Gilvandro Carneira de Almeida, José Carneira de Almeida, Daniel Carvalho de Araújo, José Barbosa de Lima, Ruy Carlos de Mattos, Carlos Alberto Pomplona de Moura, Sales Dantas, Iolanda Vieira Lins, Euclides da Silva, Antonio Petronílio dos Santos, Antonio Sáez de Almeida, Maria Cristina Gondim, Onório Cavalcanti de Andrade, Wilson dos Santos Pontual, Vicente Barbosa de Lucena, José Soares de Azevedo, Maria Rita de Freitas, Marieta Duarte Soares e Nancy Fernandes Lira, todos de números 10.814 a 10.845. Cartório Eleitoral da 1.ª Zona "A", da Comarca da Capital do Estado da Paraíba, desta Cidade de João Pessoa, em 8 de Setembro de 1950.

Sebastião Bastos — Escrivão eleitoral.

JUIZO ELEITORAL DA 1.ª ZONA

Torno público que requereram segunda via nesta 1.ª Zona os seguintes eleitores abaixo numerados, pelo que, passo o presente edital com o prazo de cinco dias, que correrá da primeira publicação: Eurípedes Cavalcanti de Albuquerque, Justo Moreira, Luiz Primola da Silva, Maria Madalena Y Pá Albuquerque, Myriam de Melo Albuquerque Aquino, "Aulina Soares da Costa, Francisca Barbosa Soares, Agnair D. A. Pinto, Maria Ribeiro de A. A. José, José Jorge dos Santos, "Auriano Tibúcio de Maria e Silva e João Costa.

João Pessoa, em 6 de Setembro de 1950 — Carlos Ulisses de Carvalho — Escrivão Eleitoral da 1.ª Zona

SERVÍÇO ELEITORAL

Torno público, para ciência dos interessados que, na qualidade de presidente da 32.ª Seção Eleitoral, a funcionar nas próximas eleições de 3 de Outubro no sede do "Onze Esporte Clube", à rua Ab. Roger, n. 177, nesta Cidade, designei, nos termos do

art. 74 da Lei 1.764 de 24/3/50 (Órgão Eleitoral) para exercer o cargo de 1.º e 2.º secretários, respectivamente, os senhores Hayton Vidal dos Santos e Otávio Alexandria dos Anjos, os quais deverão comparecer naquele dia e local às 7 horas da manhã.

João Pessoa, 8 de Setembro de 1950 — Justo Bernardino da Silva — Presidente da 32.ª Seção Eleitoral.

Sindicato dos Empregados em estabelecimentos Bancários da Paraíba

EDITAL

Faço saber aos que vivem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 25 de outubro próximo, serão realizados neste Sindicato as eleições para a sua Diretoria e Membros do Conselho Fiscal ficando aberto o prazo de quinze dias, que correrá a partir da primeira publicação deste, para o registro das chapas na Secretaria, de acordo com o disposto no artigo 4.º das «Instruções» aprovadas na Portaria Ministerial n. 29, de 29 de março de 1950.

Os requerimentos para o registro das chapas deverão ser apresentados na Secretaria, em três vias, assinados por todos os candidatos, pessoalmente, não sendo permitida, para tal fim, a outorga de procuração, devendo conter os requisitos previstos no artigo 6.º das «Instruções» e ser instruídos com as provas exigidas no artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.

João Pessoa, 4 de setembro de 1950.

BENEDITO HENRIQUES,

— Presidente do Sindicato.

Polícia Militar da Paraíba

Serviço de Intendência

Chefia

EDITAL N. 3

Concortencia pública para venda de um instrumento musical.

De ordem do sr. Ten. Cel. Presidente do Conselho de Administração da Polícia Militar, de conformidade com as disposições vigentes, faço público para o conhecimento de todos a quem interessar possa, que esta Corporação receberá até às 14 horas do dia 22 de setembro p. vindouro, as propostas para venda de um (1) Contra baixo

Tuba em mil, considerado desnecessário na banda de música, porém em perfeito estado de conservação, no preço de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), sob as seguintes condições:

1.º — As propostas deverão ser feitas por escrito ou da tilografadas, com nome, profissão e residência do concorrente (pessoa física e jurídica), em duas vias e em sobrecartas fechadas, sendo a primeira selada com uma (1) estampilha de Cr\$ 3,00 e outra de 1,00 (educação e saúde) ambas estaduais.

2.º — Em caso de empate entre concorrentes particulares, inclusive elementos desta corporação, (ativos ou inativos) e bandas de músicas municipais, estas terão preferências.

3.º — O instrumento acima descrito encontra-se à disposição dos interessados, para exame, na Banda de Música, durante o expediente, nos dias úteis.

4.º — Fica reservado ao Conselho de Administração, se julgar necessário, o direito de anular a presente, chamando a nova concorrência.

Quartel em João Pessoa, 24 de agosto de 1950.

(MANUEL JOAO DA SILVA) Cap. Chefe do SJL e Fiscal Adm.º

Visto:

(JOSE) GADELHA DE MELO) Ten. Cel. resp. plexp.

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Paraíba do Norte

Delegacia da Escola de Aperfeiçoamento de

Correios e Telégrafos

EDITAL

Em obediência à ordem contida no telegrama n.º 1.º de 30/8/50, do sr. Secretário da Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos (EACT), turno público, para conhecimento dos interessados, que, pelo prazo de 15 dias, a partir desta data, (1.º de Setembro a 16 do mesmo mês) achem-se abertas, na Sede desta Diretoria Regional, as inscrições de candidatos para o Concurso de Rádio-Telegrafia de 1.º e 2.º classes, de que tratam as Instruções baixadas pela Portaria n.º 433, DCT, de 30 de abril de 1950.

Os requerimentos de inscrição, dirigidos ao Delegado da Escola de Aperfeiçoamento,

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA

RAIBA

EDITAL

A Junta Comercial do Estado da Paraíba, faz público para conhecimento dos interessados, que a "Companhia Paraibana de Armazéns Gerais, Beneficimento e Prensagem de Algodão S.A.", com sede na cidade de Campina Grande, deste Estado fez a reatificação, abaixo descrita, de alguns itens de sua Tarifa, aprovada por esta Junta e publicada no "Diário Oficial", deste Estado, no dia 2 de março do corrente ano:

Prensamento — Algodão e Agave Cr\$ 0,28 p/ks. bruto; Armazenagem — Agave (por mês calendário ou fracionamento) Cr\$ 0,01 p/ks. bruto;

Seguro — Algodão (por mês calendário ou fracionamento) p/ks. bruto Cr\$ 0,22; Agave (por mês calendário ou fracionamento) p/ks. bruto Cr\$ 0,05;

NOTA — O seguro refere-se aos riscos contra incêndio e rão. Quaisquer outros seguros deverão ser efetuados pelo depositante a sua custa.

A reatificação em apreço entrará em vigor, 30 dias após sua publicação.

Secretaria da Junta Comercial do Estado da Paraíba, 8 de setembro de 1950.

Maria de Lourdes Morais — Aux. de Escritório cl. C. Visto: Maximiano da Franca Neto — Secretário.

nesta Regional, devem ser a companhadas de documentos comprobatórios de que o candidato preenche as seguintes condições essenciais:

a) — nacionalidade — ser brasileiro nato;

b) — idade mínima — 18 anos completos, a data da inscrição; máxima — 40 anos incompletos a data da inscrição;

c) — serviço militar — os candidatos do sexo masculino que estão em dia ou quites com o serviço militar.

Estão dispensados da apresentação deste documento os candidatos que possuam fichas específicas do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Os pedidos de inscrição estão sujeitos ao pagamento da taxa de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros), em estampilha federal e de um cruzeiro (Cr\$ 1,00), em Selo de Educação e Saúde, tanto para os candidatos civis como para os militares.

No ato da inscrição o candidato, deverá apresentar uma fotografia sua, recente, tamanho 3x4.

Os interessados serão atendidos diariamente no Gabinete do Chefe do Tráfego Telegráfico, de 14 a 17 horas, exceto aos sábados.

Em 1.º de Setembro de 1949.

ANTONIO DOS SANTOS COELHO NETO — Delegado do EACT.

LLOYD BRASILEIRO

Patrimônio Nacional

Aviso à Praça

Tendo-se estraviado o conhecimento ORIGINAL n.º 38243, emitido na Agência de Santos, para o navio Para vim 13914, entrado em Cabedelo no dia 12/7/1950, referente a uma caixa, cteidos Raion, pesando 137 quilos, marcada L. L. & C., embarcada por R. Madeira & Cia., consignada A ORDEM, vimos pelo presente aviso dar ciência que faremos entrega da mercadoria em apreço, se não houver quem possa apresentar reclamação contra este ato, a firma Livio Lima & Cia, desta praça, de acordo com os decretos ns. 19.473, de 10-10-1930 e 19.754 de 19-3-1931, do Governo Federal.

João Pessoa, 1 de setembro de 1950.

ALBERTO FERREIRA DINIZ — p. p. de agente.

"SÃO PAULO"

Cia. Nacional de Seguros de Vida

Apolice Extraviado

Eu, EVERARDO ALES DE SOUZA, declaro que não se encontra em meu poder a apolice n.º 91.081, emitida pela «SAO PAULO» Cia. Nacional de seguros de vida, sobre minha vida, e como não tenha sido feito transação de espécie alguma sobre a mesma, desde já declaro estar a referida apolice nula e sem valor algum, em virtude da emissão de sua duplicata.

Comprometo-me a restituir a companhia se em qualquer tempo for encontrada, assim como responsabilizar-me por qualquer reclamação que sobre a mesma advinha à Companhia.

Conde, (João Pessoa — Paraíba, 16 de agosto de 1950.

EVERARDO ALVES DE SOUZA).

A firma está devidamente reconhecida.

BANCO DO BRASIL S.A.

Carteira de Exportação e Importação

AVISO N.º 198

Operações Vinculadas de Exportação e Importação

A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A. com base em resolução da Comissão Consultiva de Intercomércio Comercial com o Exterior, torna público que, tendo em vista a inclusão de novos produtos permitidos por automóveis e "jeeps", (estes com os respectivos implementos agrícolas), receberá para exame propostas que objetivem importações de tais veículos e exportações de madeira (exeto toras de pinho), carol, crva-mate, laranjas, banana, arroz, fios e tecidos de algodão.

Do mesmo passo, informa que ficam estabelecidas quotas extras, semelhantes às que foram concedidas a representantes distribuidores no primeiro semestre de 1949.

Fica mantida a disposição do Aviso n.º 175, de 22/3/1950, segundo a qual o valor dos automóveis, no país de origem, não deverá ultrapassar o limite de US\$ 1.800,00 f.o.b. ou quantia equivalente em outra moeda.

Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 1950.

JOSE BRAZ PEREIRA GOMES — Diretor

Olivier Luiz Teixeira — Gerente

BANCO DO BRASIL S.A.

TAXA DE DEPOSITOS

Depósitos sem limites	2% a. a.
Depósitos populares	4½ a. a.
Depósitos limitados (limite de Cr\$ 50.000,00)	4% "
(limite de Cr\$ 100.000,00)	3% "
Depósitos a prazo fixo:	
por 6 meses	4% "
" 12 "	5% "
Com retirada mensal de juros:	
em 6 meses	3½ "
" 12 "	4½ "
Depósitos de aviso prévio:	
30 dias	3½ "
60 "	4½ "
90 "	4½ "

Letras a premio (sêlo proporcional) condições idênticas às de depósitos a prazo fixo. O Banco faz todas as operações do seu ramo: descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc. e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo, neste Estado, além da Agência da Capital, mais Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Monteiro.

RODRIGUES, FONSECA - COMÉRCIO S/A

CAMPINA GRANDE — PARAIBA

«ATOS DE CONSTITUIÇÃO»

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO REALIZADA AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA

Aos dezoito dias do mês de Agosto de mil novecentos e cinquenta (1950), às dezoito horas, à rua Presidente João Pessoa nº 274, na cidade de Campina Grande, Paraíba, reuniram-se os subscritores do capital da Companhia «Rodrigues, Fonseca e Companhia S.A.», os senhores: Daniel Antonio Rodrigues, Abelardo de Aquino Fonseca, Eduardo Marques, Antonio Nunes Gomes de Farias, José Antonio Beirão, Adelinio Ferreira, Antonio Augusto Ferreira de Sousa e a sociedade anônima denominada Daniel Rodrigues S/A, representada neste ato pelo seu diretor-presidente Daniel Antonio Rodrigues, conforme constam da lista de subscrição e presença de acionistas. Foi aclamado para a direção dos trabalhos o senhor Daniel Antonio Rodrigues que, assumindo a presidência, agradece a distinção que acabara de receber, convidou para secretário dos trabalhos o senhor Abelardo de Aquino Fonseca e abriu a sessão da Assembleia Constituinte. Em seguida o senhor presidente mandou proceder à leitura do anúncio da convocação publicado por três vezes no órgão oficial do Estado «A União» nos dias 11, 12 e 13 de Agosto do corrente ano, o qual é do teor seguinte: «Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Rodrigues, Fonseca e Companhia S.A. em organização, Campina Grande, Paraíba. São convidados os senhores subscritores do capital desta sociedade: a se reunirem em Assembleia Geral constituinte, no dia dezoito do corrente, às 19 horas, à rua Presidente João Pessoa nº 274, a fim de deliberarem sobre a sua constituição definitiva e eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. Os fundadores: Daniel Antonio Rodrigues e Abelardo de Aquino Fonseca». Em seguida o senhor presidente mandou que o secretário lesse os estatutos, devidamente assinados por todos os subscritores com as firmas reconhecidas. Fomos em discussão os estatutos, ninguém pediu a palavra, pelo que o senhor presidente os declarou aprovados por unanimidade. Foi em seguida lido o recibo do depósito feito no Banco do Povo S/A, nesta cidade, referente ao capital social subscrito e realizado, o qual é do teor seguinte: declaramos para os devidos efeitos, de acordo com o decreto-lei 5.956 de 1 de Novembro de 1943, que a Sociedade sob a razão social Rodrigues, Fonseca e Companhia S.A., estabelecida nesta cidade à rua Presidente João Pessoa nº 264 e 274, opozitou neste Banco a importância de dois milhões de cruzeiros, que corresponde à realização integral do seu capital social». Acha-se aposta neste recibo uma assinatura ilegível do gerente do referido Banco. Foi lida também a lista dos subscritores que se acha anexa. Assim preenchidas as formalidades legais, declarou o presidente constituída a Sociedade. Continuando os trabalhos, fez-se a eleição dos diretores e fiscais, sendo escolhido para diretor-presidente o senhor Daniel Antonio Rodrigues, casado, comerciante, português, residente à Avenida Beira-Mar nº 2334, na cidade de Recife, Pernambuco, para diretor Abelardo de Aquino Fonseca, casado, comerciante, brasileiro, residente à Avenida Presidente Getúlio Vargas, n. 1.012 nesta cidade, para diretor Antonio de Souza Moreira, casado, português, comerciante, residente à rua Argentina nº 49, nesta cidade e Antonio Nunes Gomes de Farias, português, solteiro, maior, comerciante, residente no Grande Hotel nesta cidade. Para membros efetivos do Conselho Fiscal foram eleitos os senhores Eduardo Marques, Manoel Martins de Almeida e José Antonio Beirão, todos residentes na cidade de Recife e para suplentes os senhores Antonio Pinto Coelho, Alcides Fonseca e Cassiano Pereira, todos residentes nesta cidade. Deliberou a Assembleia Geral que os diretores Abelardo de Aquino Fonseca, Antonio de Souza Moreira e Antonio Nunes de Farias percebessem Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), respectivamente, de vencimentos, assim como deliberou que os membros efetivos do Conselho Fiscal e suplentes em exercício percebessem Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) anualmente, como gratificação.

Foi prestada a caução pelos diretores a que se refere o artigo 10 dos estatutos. Estando todos os diretores presentes foram estes desde logo empósados. Suspendos os trabalhos, para que se lavrasse a presente ata, e reaberta a sessão, foi a referida ata lida e aprovada, por unanimidade. E para os fins legais eu, Abelardo de Aquino Fonseca, secretário desta assembleia, datilografiei em cinco vias de igual teor a presente ata, assinando-a com os demais subscritores.

Campina Grande, 19 de Agosto de 1950.

DANIEL RODRIGUES — S.A.
Daniel Antonio Rodrigues — Diretor-Presidente
Abelardo de Aquino Fonseca
Antonio Nunes Gomes de Faria
Daniel Antonio Rodrigues
José Antonio Beirão
Adelinio Ferreira
Eduardo Marques

JUNTA COMERCIAL DA PARAIBA

CERTIDÃO — Certifica que a «RODRIGUES, FONSECA, COMÉRCIO S.A.», com sede em CAMPINA GRANDE, neste Estado, arquivou nesta repartição na Escalera sob o nº de ordem 89, por despacho de 28 agosto do corrente ano, seus documentos de constituição para o seu legal funcionamento. E, para constar eu, Euclay Fabricio de Souza, Auxiliar de Escritório Classe «B», lotado nesta Junta, passei a presente Certidão, datilografada aos trinta dias do mês de agosto de 1950. Subscreevo e assino. Junta Comercial do Estado da Paraíba, em 30 de Agosto de 1950. Maximiano da Franca Neto — Secretário

ESTATUTOS

CAPÍTULO PRIMEIRO

Denominação, sede, fins e duração

Art. 1º — Fica constituída uma sociedade anônima sob a denominação RODRIGUES, FONSECA COMÉRCIO S.A.

Art. 2º — A sociedade terá sua sede à Rua Presidente João Pessoa nº 274, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, podendo transferi-la para qualquer outra localidade do país, bem como abrir filiais em qualquer parte, no território nacional, por decisão da Assembleia Geral.

Art. 3º — Seu objeto consiste na exploração do comércio em geral, e especialmente, representações nacionais e estrangeiras, beneficiamento de fibras, principalmente do sisal (agave), e sua exportação.

Art. 4º — O prazo de duração da sociedade será incalculável.

CAPÍTULO SEGUNDO

Do capital e das ações

Art. 5º — O capital social é de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), dividido em 2.000 (duas mil) ações ordinárias comuns, de valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, ao portador.

§ único — As ações, certificadas ou cautelares representativas, de ações serão assinadas por dois Diretores.

Art. 6º — O capital social, todo ele realizado, poderá ser aumentado:

- a) — Pela incorporação de reservas facultativas ou de fundos disponíveis da sociedade;
- b) — Pela valorização ou nova avaliação do seu ativo móvel ou imóvel;
- c) — Quando se verificar a sua insuficiência aos fins visados pela sociedade; e
- d) — Quando se fizer necessário em virtude de ampliações dos serviços ou operações sociais.

§ único — Deliberado o aumento do capital social, os acionistas terão preferências na subscrição das novas ações na proporção das que possuírem no ocasião.

Art. 7º — Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ único — As ações são individuais perante a sociedade, que só reconhece um proprietário para cada ação.

Art. 8º — A constituição de penhor ou caução promovida pelo acionista, perante a sociedade, e em garantia de sua gestão como Diretor, não o inibe de exercer seus direitos sobre as ações para o fim de receber dividendos ou bonificações, votar e ser votado nas Assembleias Gerais.

CAPÍTULO TERCEIRO

Da Diretoria

Art. 9º — A sociedade será administrada por uma diretoria composta de quatro Diretores, residentes no país, acionistas, ou não, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas no período de três anos.

§ único — Os diretores acionistas que forem nomeados pela Assembleia Geral, poderão delegar suas funções por meio de procuração bastante.

Art. 10º — Cada diretor, antes de tomar posse, cautionará sua gestão com 20 ações da sociedade, de sua propriedade, ou valor equivalente.

Art. 11º — A investidura dos diretores será na própria Assembleia Geral de acionistas que os tiver elegidos, se a eles presentes, ou, se ausentes, mediante o termo a ser assinado no «Livro de Atas de Reunões de Diretoria» da Sociedade.

Art. 12º — As funções específicas de cada diretor serão fixadas pela Assembleia Geral de constituição, ficando, contudo, desde já estabelecido que compete a cada diretor a representação da Sociedade em juízo ou fora dele, bem como perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas e sociedades de economia mista.

§ único — Os cheques, contratos e quaisquer documentos que cingirem a Sociedade deverão conter conjuntamente as assinaturas de dois dos seus diretores, ou a de um deles e de um procurador da Sociedade, ou, ainda, na ausência de todos os diretores, as de dois procuradores.

Art. 13º — Os diretores serão remunerados por ordenado fixado pela Assembleia Geral que os eleger.

Art. 14º — É vedado e carecerá de validade qualquer ato de diretor ou funcionário da Sociedade, que envolva em obrigações e negócios estranhos ao seu objeto social, compreendidos os do mero favor, salvo em se tratando de caução ou fiança necessárias à realização dos negócios sociais, e ao desempenho normal das atividades da Sociedade.

CAPÍTULO QUARTO

Da Assembleia Geral

Art. 15º — A Assembleia Geral dos acionistas é o órgão legislativo e deliberativo da Sociedade, e reunir-se-á ordinariamente, durante os quatro primeiros meses que se seguirem ao fim de cada exercício social para examinar as contas da diretoria e sobre elas deliberar e eleger diretores e membros do Conselho Fiscal para o exercício seguinte, e extraordinariamente, todas as vezes que seja legal e regularmente convocada. Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos por uma mesa composta de um presidente, eleito ou aclamado pelos acionistas presentes, e um secretário por aquele escolhido.

Art. 16º — Poderão os acionistas fazer-se representar nas assembleias gerais por procurador que também seja acionista, mas não diretor ou membro do Conselho Fiscal da Sociedade.

Art. 17º — As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos representados pelos acionistas presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei. Todas as deliberações das assembleias gerais serão lançadas no «Livro de Atas das Assembleias Gerais» e assinadas pelos acionistas, que assinarão também o «Livro de Presença de Acionistas».

CAPÍTULO QUINTO

Do Conselho Fiscal

Art. 18º — O Conselho Fiscal será constituído de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não residentes no país, eleitos em Assembleia Geral ordinária, com atribuições definidas em lei e com um mandato de um ano, podendo ser reeleitos.

§ único — Os suplentes servirão quando convocados, obedecendo à ordem de eleição.

Art. 19º — Os membros do Conselho Fiscal em exercício, terão a remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO SEXTO

Do Exercício Social e da Aplicação dos Lucros

Art. 20º — O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 21º — No fim de cada exercício social, antes de qualquer outra, far-se-á dos lucros líquidos apurados, a dedução de 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até que este atinja 20% (vinte por cento) do capital social. O destino do saldo restante será deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

CAPÍTULO SÉTIMO

Disposições Gerais

Art. 22º — O primeiro balanço da Sociedade, para o fim previsto no art. 20, será realizado em 31 de Dezembro de 1950.

Art. 23º — Os casos não previstos nestes estatutos serão resolvidos na conformidade das leis vigentes das sociedades por ações.

Campina Grande, 19 de Agosto de 1950.

DANIEL RODRIGUES S/A

Daniel Antonio Rodrigues — Diretor-Presidente
Abelardo de Aquino Fonseca
Antonio Nunes Gomes de Faria
Daniel Antonio Rodrigues
Antonio Augusto Ferreira de Sousa
José Antonio Beirão
Adelinio Ferreira
Eduardo Marques

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA

CERTIDÃO N. 93

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento protocolado sob o nº de ordem 1.031, de «RODRIGUES, FONSECA, COMÉRCIO S.A.», com sede na cidade de Campina Grande, deste Estado, CERTIFICO, para fins de publicidade, que a referida sociedade arquivou, nesta Junta, na escalera sob o nº de ordem 89, por despacho de 28 de Agosto do corrente ano, os seguintes documentos, para o seu legal funcionamento: a) um exemplar dos estatutos; b) relação completa dos subscritores do capital social; c) recibo comprovativo do depósito do capital social, passado pelo Banco do Povo S/A, desta Praça; d) traslado da ata da assembleia geral constituinte; e) guia do recolhimento do sêlo proporcional legal; f) exemplares do Diário Oficial da «A União» em que foram publicados os editais de convocação à referida ata. E, para constar, eu, Maria de Lourdes Moraes, auxiliar de escritório classe «C», passei a presente certidão datilografada aos trinta dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e cinquenta. Subscreevo e assino. Junta Comercial do Estado da Paraíba, em 30 de Agosto de 1950. MAXIMIANO DA FRANCA NETO — Secretário

